



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 28, TERÇA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2018



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenárioses



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 29^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 19 DE MARÇO DE 2018

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	7
1.2.2 – Oradores	
Senador Telmário Mota – Críticas ao Governo Federal pelo suposto descaso com o estado de Roraima; e outro assunto.	7
Senador Paulo Paim – Elogio ao Senador Jorge Viana pela dedicação dada ao Fórum Mundial da Água; e outros assuntos.	10
Senadora Vanessa Grazziotin – Contentamento com a decisão do STF que garantiu o repasse mínimo de 30% do fundo partidário para aplicação em campanhas eleitorais de mulheres; e outros assuntos.	15
Senador Jorge Viana – Considerações acerca da importância da discussão sobre a água; e outros assuntos.	23
Senadora Regina Sousa – Considerações acerca do assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco.	30
Senador Roberto Muniz – Reflexão a respeito do papel do Estado na gestão dos serviços públicos de água e esgoto; e outro assunto.	34
Senador José Medeiros – Insatisfação com a situação precária da infraestrutura rodoviária do estado de Mato Grosso, e outros assuntos.	40
1.3 – ENCERRAMENTO	44

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 29^a SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE



2.1.1 – Abertura de prazo

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 48/2018 seja apreciado pelo Plenário (**Memorando nº 11/2018-CTFC**). 46

2.1.2 – Comunicações

Da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, de que foi dado conhecimento aos seus membros do inteiro teor da Mensagem nº 58/2017, com posterior envio ao Arquivo. (**Memorando nº 7/2018**). 49

Da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, de que foi dado conhecimento aos seus membros do inteiro teor dos Avisos nºs 39 e 40/2017, com posterior envio ao Arquivo. (**Memorandos nºs 8 e 9/2018**). 50

Da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, de que foi dado conhecimento aos seus membros do inteiro teor da Mensagem nº 71/2017, com posterior envio ao Arquivo. (**Memorando nº 10/2018**). 53

2.1.3 – Discursos encaminhados à publicação

Senador Paulo Paim – Íntegra dos discursos de S. Ex^a, nos termos do art. 203 do Regimento Interno. 55

2.1.4 – Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 6/2018, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei da Câmara nº 73/2008. 59

Nº 13/2018, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei da Câmara nº 77/2016. 60

2.1.5 – Parecer

Nº 37/2018-CMA/PLEN-SF, sobre a Proposta de Fiscalização e Controle nº 4/2015. 62

Arquivamento da Proposta de Fiscalização e Controle nº 4/2015. 73

2.1.6 – Requerimentos

Nº 111/2018, da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações à comunidade de Maués/AM. 75

Nº 112/2018, da Senadora Vanessa Grazziotin, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Raimundo Valentim. 79

Nº 113/2018, da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações ao município de Lábrea/AM. 82

2.1.7 – Término de prazo

Término do prazo, em 16 do corrente, sem interposição de recurso para que o Projeto de Lei da Câmara nº 73/2017 continue a sua tramitação. 86

PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 87

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 90

5 – LIDERANÇAS 91



6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	95
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	107
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	112
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	161



Ata da 29^a Sessão, Não Deliberativa,
em 19 de março de 2018

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim e Jorge Viana, da Sr^a Regina Sousa e dos Srs. Reguffe e Roberto Muniz.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos e encerra-se às 16 horas e 45 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal* (**Vide Parte II do Sumário**).

Há oradores inscritos.

Passamos a palavra ao nobre Senador Telmário Mota, que, em seguida, vai presidir para que eu use a tribuna pelo mesmo tempo, a partir da sua fala.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as}s Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da TV Senado, eu subo a esta tribuna mais uma vez extremamente preocupado com a situação socioeconômica do meu Estado.

Roraima, por si só, já enfrenta uma grande crise. Antes de o nosso Estado de Roraima ser Estado, quando era território, a base da sua economia era o setor primário: madeira, minério, pecuária bovina. E, quando passou a ser Estado, junto com Rondônia e Tocantins, a expectativa era de que Roraima, como um Estado expoente, alavancasse a sua economia, até porque, em torno de Roraima, nós temos hoje um PIB, Sr. Presidente, bem maior que o PIB de São Paulo. Somando o PIB da Venezuela, da Guiana Inglesa, de Manaus e do próprio Estado de Roraima, nós temos um PIB, uma riqueza maior que o PIB do Estado de São Paulo, que hoje é o Estado mais rico da Federação e que dá um suporte para 46 milhões de pessoas.

Ora, lamentavelmente, Roraima trilhou pelo caminho da contramão, enquanto Tocantins cresceu e desenvolveu, enquanto Rondônia cresceu e desenvolveu um progresso em relação ao que eles eram quando território – exceto Tocantins, que não era. Hoje 50% do PIB da riqueza do nosso Estado provêm exatamente do contracheque. Veja quanta tristeza: um Estado rico como o nosso, extremamente rico, um Estado expoente, um Estado do futuro, um eldorado, um Estado da oportunidade, onde um pobre, dignamente, ainda pode ficar rico, é um Estado em construção, hoje vivendo do contracheque. Ora, uma mercearia, uma padaria, uma barbearia, um comércio pode sobreviver do contracheque, que é o salário do servidor federal, estadual e municipal. Agora, um Estado? Naturalmente, ele não pode viver do contracheque.

E aí veio a grande crise. A falta de planejamento das políticas públicas, somada com a corrupção, colocou o Estado de Roraima numa estagnação, numa crise jamais vista em toda a sua história. Hoje nós temos crises sociais gravíssimas, temos crise econômica gravíssima, afetadas exatamente pelo ingresso dos venezuelanos no nosso Estado. Hoje, com a falta de políticas públicas fortalecendo o homem do campo, ele, desprotegido da documentação da sua terra, sem as certidões ambientais como o Cadastro Ambiental Rural, certidão declaratória necessária, sem estrada, sem ponte, sem um acompanhamento técnico, sem um trator, sem um calcário, sem um adubo, sem um transporte para escoamento da sua produção, sem mercado de trabalho, naturalmente, precisa também sobreviver, foge do interior e migra para a cidade. Oitenta e três por cento da população do meu Estado hoje mora na cidade.

Então, Roraima precisa rapidamente sair desse processo. Roraima tem solução, tem solução. Agora, é preciso mudar a matriz econômica do nosso Estado. E, para mudar a matriz econômica do nosso Estado, o Estado deve investir no setor primário, que eu costumo dizer que é tudo o que vem da terra, a agropecuária, a agricultura, o minério, a madeira e outros; e investir na



agroindústria e na indústria. Dessa forma, Roraima investe no setor produtivo, Roraima começa a gerar renda, a gerar emprego, cresce, desenvolve e sai dessa crise em que se encontra hoje.

Agora, é preciso, Sr. Presidente, que o Governo Federal faça a sua parte, faça a sua parte.

Nós sabemos que, em pleno Carnaval, o ex-Diretor da Polícia Federal fez uma declaração que botou o Palácio do Governo em situação delicada, tanto é que o Diretor foi, depois, demitido, de calças curtas. E o Presidente, para mudar o foco, em pleno Carnaval, foi até Roraima, onde se reuniu com alguns políticos. E, hoje, por exemplo, os meios de comunicação do grupo do mal do meu Estado – porque lá, infelizmente, existe o grupo do mal – dizem: ah, o Senador Telmário não sentou com Temer para conversar!

Eu não tenho o hábito de sentar com chefe de quadrilha, não. Eu tenho o hábito de sentar com pessoas do bem. Eu tenho o hábito de sentar com pessoas que tenham compromisso com o meu Estado.

Eu sabia que isso seria mais um fiasco. Eu sabia que isso seria mais uma politicagem do Governo Federal. Hoje, na prática, o Governo Federal, de forma irresponsável, tardia – desde 2015 eu venho alertando o Governo Federal para essa migração –, está tomando as providências muito tarde, quando já está agravada a situação. Nenhuma providência de fato foi tomada.

Agora, estão aí dizendo que estão mandando R\$190 milhões para o Estado. Eu espero que o Ministério Público e que esse comitê que foi colocado realmente levem às pessoas – não só aos venezuelanos, mas também hoje ao povo do Estado de Roraima – políticas de qualidade nas áreas de saúde, educação, habitação.

Eu fui agora ao Município de Pacaraima, que é a entrada, é o primeiro Município por onde os venezuelanos entram no Brasil. Lá havia uma feira livre que semanalmente era desenvolvida pelos produtores, principalmente por produtores indígenas do Município de Pacaraima. Ao chegar ali, eu vi um quadro totalmente desumano. Não há como descrever aquela situação, aquela alimentação misturada com tanta coisa que me recuso até a citar. É uma situação de calamidade pública.

O Governo Federal mandou R\$600 mil para Pacaraima. O que são R\$600 mil? Pacaraima tem uma população de 16 mil habitantes e chegam ali mais 500 pessoas. Não existe abrigo para 250, e vêm 500, chegando cada hora mais, mais e mais.

Então, realmente o Governo Federal não fez nada ainda para contornar essa crise por que passa o Estado de Roraima, que está sofrendo com isso e precisa ser compensado.

Eu estava dizendo agora que o Estado precisa investir no setor primário. O homem do campo não tem a sua titulação por uma questão política, só uma questão política. Está tudo pronto, as glebas para serem liberadas, e a Secretaria de Segurança Nacional do Governo Federal sentada em cima da liberação.

É um absurdo o que o Governo Temer faz hoje com o Estado de Roraima. O Estado está sofrendo, a população está sofrida, maltratada, e ele trata o Estado de Roraima não como um ente federativo, mas como um curral eleitoral para salvar os seus políticos da cadeia. Então, é com muita tristeza que vemos isto: o Governo Federal colocando no quanto pior melhor para, amanhã, chegar um salvador da pátria.

Veja, nós temos uma questão energética que é lamentável, lamentável. Quando a Presidente Dilma saiu – foi tirada –, ela deixou encaminhada a continuidade da obra do Linhão de Tucuruí, porque o Estado de Roraima é o único que não está interligado nacionalmente. Mas, em um toque de mágica, a obra foi paralisada e botaram umas termoelétricas lá, o que é um absurdo, porque



são quatro termoelétricas que não funcionam. Agora mesmo, numa crise de fornecimento de energia da Venezuela, nós tivemos a prova disso, pois isso gerou um prejuízo imensurável ao povo de Roraima, ao produtor, ao comerciante, aos eletrodomésticos que são queimados.

A verdade é que hoje, como consequência da condução política, Roraima entrou numa grande crise, agora agravada com a entrada dos venezuelanos. E o Governo do Estado com a possibilidade de resolver a questão fundiária, resolver a questão energética, resolver a questão de uma corrente que, hoje, faz Roraima ser um Estado albergado, resolver a questão da mosca da carambola. Mas, não, a Federação prefere jogar no quanto pior melhor.

Agora mesmo, no final de semana, as comunidades atroari-waimiri, que sempre tiveram de portas abertas para o diálogo, franquearam à Funai retomar as negociações da passagem dessa energia, permitindo que seja feito o novo impacto ambiental da passagem dessa energia na área dos atroari-waimiri. E o Líder do Governo saiu dizendo que tinha resolvido. Quer dizer, sempre com fantasia, sempre com uma história sem fundamento na verdade, querendo ser o salvador da pátria, tentando enganar o povo de Roraima.

Mas, graças a Deus, os indígenas, que já foram vítimas dele quando ele foi Presidente da Funai... E por isso que a denúncia de corrupção na Funai, a denúncia de genocídio dos povos yanomami. E agora, com a falsa promessa de levar gado para todas as comunidades indígenas, eles já estão vacinados, acordaram e reagiram imediatamente, dizendo que haviam aberto um diálogo com a Funai, para a Funai fazer esse impacto ambiental, não a autorização, já, da obra.

Então, já divulga de forma enganosa, fantasiosa, e o Governo Federal parece que está ajoelhado para essas brincadeiras. Imagine o Governo Federal deixar o seu líder, o seu representante, levando informações sem fundamento, na verdade, para uma população que está carente de tudo... Olha, isso é uma falta, acima de tudo, de muito respeito com o nosso Estado.

Então, eu estou indignado com isso, não aceito esse tipo de tratamento com o povo de Roraima. Roraima não merece isso.

Meu Estado é formado por pessoas do bem, pessoas honestas, pessoas hospitaleiras, pessoas que querem contribuir com o Brasil, mas, lamentavelmente, o Governo Federal do Sr. Michel Temer é o carrasco dos trabalhadores e se tornou o Governo perseguidor do Estado de Roraima.

Portanto, fica aqui todo o meu protesto.

Agradeço aqui, Sr. Presidente, por esta oportunidade, pelo tempo.

Era o que nós tínhamos, hoje, a relatar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Telmário Mota, queria convidar V. Ex^a para presidir aqui, para que eu possa fazer uso da palavra.

(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria, cumprimentando a todos e todas que nos acompanham pela Rádio e TV Senado, dizer que hoje nós estamos aqui tendo a abertura oficial do Fórum Mundial da Água. Eu estava desde cedo nessa abertura. No fim de semana, participei, lá na UnB, do fórum alternativo. Quero cumprir a todos da sociedade civil que os fazem – são dois fóruns –, e amanhã nós vamos ter o nosso evento parlamentar, um fórum, a partir das 9 horas. E o Senador Paim, a Senadora Vanessa Grazziotin, que está aqui, a Senadora Regina Sousa, todos nós estamos com o propósito de trabalhar essa questão tão fundamental, que é a questão da água.



O Brasil sedia o grande debate mundial, Senador Paim. Trata-se do 8º Fórum Mundial, a primeira vez que ocorre no hemisfério sul.

Eu só lamento – eu acabei de vir lá do Itamaraty – a pouca presença de líderes mundiais. Eu não sei se é o prestígio do Brasil que diminuiu mundo afora – não quero fazer juízo sobre o Governo. Estou aqui na Presidência do Senado –, mas é muito ruim ver um tema que é sinônimo de vida ou de morte como a água e, na hora em que nós temos o 8º Fórum Mundial, nós termos uma baixíssima – eu diria até quase... Insignificante eu não diria, porque alguns poucos vieram, pelo menos uns seis chefes de Estado, mas é lamentável, porque esse é um tema que diz respeito ao interesse da vida no Planeta, como nós temos falado. E o Brasil sediar este evento, que está até muito bem organizado, diga-se de passagem... O Conselho Mundial da Água e o Governador do Distrito Federal fizeram um grande trabalho – os próprios responsáveis –, mas é lamentável que um tema dessa importância...

Eu participei de um debate ontem, domingo, no Ministério Público Federal, um colóquio promovido pelo Judiciário e pelo Ministério Público Federal com Parlamentares. Foi muito bom, muito importante, mas confesso que fico me perguntando o que é que está acontecendo para, num tema como esse, que diz respeito à vida, com quase, Senador Paim, 1 bilhão de pessoas no mundo que não têm água, que não têm acesso à água, 2 bilhões que não têm acesso ou que não têm saneamento básico, na hora em que o mundo inteiro tem oportunidade de debater, os líderes não vêm ao Brasil. Talvez sejam esses tempos terríveis que o Brasil está vivendo, que nem mesmo num tema tão importante como esse a gente atrai as lideranças mundiais, para voltarem aqui. Eles, que já vieram em tantos outros eventos no passado, agora parece que se negam a vir.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge Viana, independentemente da não presença dos líderes mundiais, devido, claro, ao desprestígio que o Brasil tem, hoje, no cenário internacional, pois é inegável que, para inúmeros países do mundo, aqui no Brasil houve um golpe, e o Presidente, na visão de muita gente, é ilegítimo. Isso foi motivo. Isso é motivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Reflete.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Reflete, reflete.

As reformas que estão fazendo aqui, que o mundo todo acompanha, tratando o trabalhador praticamente como escravo, querendo tirar direitos nas mais variadas áreas...

Mas eu não quero falar do Presidente; quero falar de V. Ex^a.

V. Ex^a, sem sombra de dúvida, aqui no Senado nos lidera nesse grande debate.

V. Ex^a foi quem se movimentou, quem articulou... V. Ex^a me ligou, no fim de semana, e combinamos ainda que, se fosse necessário, a TV Senado iria cobrir diretamente. V. Ex^a fez um trabalho belíssimo. Por isso, ficam aqui os nossos cumprimentos.

Que a humanidade, um dia, reconheça o trabalho que V. Ex^a fez em defesa da água, que é a vida de todos, e não só do brasileiro.

Parabéns a V. Ex^a.

Mas, Sr. Presidente, eu quero fazer dois registros, porque tenho, fora do Congresso, uma atividade às 15h.



O primeiro deles, Sr. Presidente, é registrar a correspondência que recebi da Sr^a Clesi Madonna, sobre aposentadoria por invalidez.

Diz ela:

Boa tarde, Senador Paim.

Desculpe importuná-lo, mas quero pedir a sua ajuda para denunciar esse famigerado pente-fino dos aposentados por invalidez [eu recebi centenas de documentos nesse sentido].

[Diz ela:] Estamos sendo tratados como animais; pior que isso: como lixo, como bandidos, como se fôssemos assassinos, o que lembra a tática [segundo ela] da operação nazista contra os judeus.

Estão cortando, simplesmente, todo e qualquer tipo de aposentadoria por invalidez.

A perícia é só uma formalidade, pois não somos avaliados. Nossos relatórios, exames, receitas e remédios são malvistos.

Existem pessoas em cadeira de roda, com graves problemas que permanecem ao longo dos anos, que estão sendo constrangidas e humilhadas.

Ao serem periciadas, as pessoas já sabem que o resultado vai ser o corte no seu já miserável benefício.

O INSS quer fazer uma economia [e aqui afirmo eu: não tirando dos grandes, dos devedores, de banqueiros, de grandes empresas, como a JBS, que devem bilhões, mas tirando daqueles que recebem, a maioria, um ou dois salários mínimos] cortando de nós essa míngua que precisamos para sobreviver.

Não temos como nos defender.

Senador, você faz a denúncia?

Eu respondi: faço.

Aí, ela diz:

Fazer o quê? [Pergunta ela, dona Glesi] Ir à delegacia, fazer o BO? Procon já não aceita, advogados querem dinheiro e isso não é garantia de êxito... Até o final da ação, as dívidas se acumulam.

Ficar sem o benefício é como uma casa com dez pessoas, em que se vê os gastos aumentando com água e luz [e não se tem com o que pagar. Que dirá o pão, o leite?]

Em vez de tomar medidas para ver o que acontece, se pode haver alguma manutenção que reduza isso, não é o que se faz: mandam-se oito pessoas embora da casa, para economizar. É um absurdo!

Sem contar que os peritos estão recebendo mais bônus para exercerem o seu já bem pago trabalho e nos prejudicar.

Enfim, eu não estou culpando os peritos. Essa é uma política de Governo. O Governo é que está fazendo esse massacre em cima dos aposentados e pensionistas.

"É o nosso Direito Constitucional: isonomia. Se o INSS só dá o prazo de dez anos para nós pedirmos a revisão de benefício, o mesmo prazo deve valer para sermos convocados para perícia. Após dez anos, se o INSS nos convocou, não pode convocar mais."

Aí, diz ela: "E a lei que diz que a aposentadoria é um direito adquirido, não pode ser suspenso ou cortado? Vale mais do que uma instrução de norma do INSS?"



Aí, continua ela: "Caro Senador, quem pode ajudar pelo menos a denunciar essa situação vergonhosa, vexatória [que nos humilha], que estamos passando, injusta e cruel, a que estamos senso submetidos?"

Ela encerra dizendo: "Por favor, socorro, socorro, socorro, socorro."

Está feito o registro.

Eu espero que o Governo – porque não há mais Ministério da Previdência –, que a Secretaria, que é um puxadinho do Ministério da Fazenda... Vou remeter também para eles esse pronunciamento, para ver se param com esse massacre em cima dos aposentados por invalidez.

Concluo, Sr. Presidente, com esse outro documento que recebi e achei muito interessante.

Senhoras e senhores, faço aqui uma saudação especial ao Procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná, Sr. Cândido Furtado Maia Neto, pela brilhante contribuição jurídica referente à reforma da previdência.

Na verdade, a arrecadação da Previdência Social é superior as despesas com o pagamento de aposentadorias e benefícios. Se existe déficit no caixa da Previdência, a causa é gerada – não por essa mixaria que pagam aos aposentados por invalidez – pelo desvio de verbas, o descontrole no rigor da correta aplicação de lei quanto à arrecadação de taxas, impostos e contribuições destinadas à Previdência.

A Constituição colocou tributação sobre o faturamento, PIS/Pasep, jogos lotéricos, empregado e empregador. Só vão duas dessas contribuições, e, por isso, a indignação dessa senhora inválida. E aqui também, na mesma linha, vai o juiz.

Não se pode falar apenas no recolhimento mensal obrigatório das partes laborais, trabalhadores e empregadores – que são só quem contribui na verdade. Grandes empresas privadas e muitas delas instituições do próprio Governo deixam de recolher suas parcelas de contribuição. São devedoras.

Olhem, é um juiz quem diz. Não é só o Paim que está dizendo, ou a Vanessa, ou a Regina, ou o nosso Presidente aqui em exercício, Senador Jorge Viana. Aqui ele lembra, então, devedores. Exemplos: Banco do Brasil, Fribor, Vasp, Transbrasil, diversos institutos educacionais, Bradesco... Enfim, lembra aqui uma série de entidades que devem bilhões.

O total da dívida ultrapassa, tranquilamente – e a CPI mostrou que é muito mais do que isso –, R\$400 bilhões, que deveriam estar no fundo de reserva da Previdência, e não são sequer executados.

A Previdência tem como receita os recursos atrelados aos orçamentos da União, Estados, DF e Municípios, através de valores como Cofins, INSS, PIS/Pasep, a renda das extrações dos concursos semanais de vários prognósticos (loterias), sem falar aqui da DRU (Desvinculação das Receitas da União), criada em 1994, que deixou de arrecadar mais de R\$1,5 trilhão, se pegar toda a história, e outras contribuições que financiam e mantêm o caixa da Previdência.

Por sua vez, o Governo Federal continua na mesma linha. A Emenda Constitucional nº 93, de 2016, prorrogou a chamada DRU e agora retira 30% de toda a receita de contribuições à seguridade social (saúde, assistência e Previdência). E esses 30% – que antes eram 20% – vão até 2023.

De outro lado, a Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis).



A CPI da Previdência, que investigou as contas do sistema, e a Profª Maria Lúcia Fattorelli, auditora fiscal aposentada da Receita Federal do Brasil e Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, comprovam categoricamente que o déficit da Previdência é uma farsa, manipulada politicamente com dados que indicam cálculos forçados, irreais.

Se esta for a verdade, incumbe ao Ministério Pùblico da União, do Distrito Federal e dos Estados, o dever de esclarecer à sociedade brasileira tal contradição, em face da titularidade da ação penal pública (princípio da obrigatoriedade), pois, se há discurso dissimulado, configura-se a prática de crime. É estelionato o que estão fazendo com o povo brasileiro em relação aos recursos da Previdência.

O Senhor Presidente da República, o Ministro da Fazenda e seus subordinados precisam demonstrar, de forma objetiva e documentalmente, onde está, então, o déficit da Previdência, em nome dos princípios da moralidade, da publicidade e da transparéncia pública.

O princípio da legalidade impõe que o Ministério Pùblico requisiite toda a documentação necessária para proceder a uma Auditoria Ministerial independente (extrajudicial) e, de uma vez por todas, esclarecer a verdade à população sobre esse famigerado déficit da Previdência.

E, na hipótese de não haver déficit nas contas da Previdência, quanto ao débito e crédito, definitivamente resta comprovada a fraude, cabendo denúncia-crime contra o Presidente da República, junto ao STF.

Ademais, o Ministério Pùblico, por intermédio do Ex^{mo} Procurador-Geral da República, em litisconsórcio ativo com o Colégio de Procuradores de Justiça dos Estados, poderá interpor também ação direta de inconstitucionalidade (Lei n° 9.869/99) e/ou mandado de segurança, com medida liminar contra a tramitação da PEC em questão, a 287/2017 (ato normativo pretendido que lesa a sociedade perante o STF).

Por sua vez, Sr. Presidente, já estou concluindo, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Pùblico, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União também podem propor ação ante o pretório Excelso, com a mesma finalidade, sem olvidarmos do concurso postulatório da OAB.

Ressaltamos que se trata de questão nacional que envolve toda a cidadania, envolve todo o povo brasileiro, não apenas assunto de interesse exclusivo da União ou do Governo Federal, pois todos os brasileiros, sem distinção, poderão ser vítimas de um hediondo estelionato que atenta contra os direitos humanos sociais referentes às garantias fundamentais constitucionais do trabalho, salário, contribuição, lazer e previdência social.

Estamos falando de uma questão de régia importância jurídica e social, que o Ministério Pùblico não deve e não pode ficar alheio, isto é, deixar acontecer, porque, na hipótese de prevaricação ministerial, o Procurador-Geral da República e os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados estarão sujeitos ao processo de *impeachment*, como reza o artigo 40 da Lei n° 1.079/50.

Os membros do Ministério Pùblico possuem como missão promover e procurar a verdade, em prol do prestígio da Justiça dos Direitos Humanos – enfim, os direitos de todo o povo brasileiro, seja da área pública, da área privada, seja da área rural, da área urbana, seja civil, seja militar –, sempre na tutela dos interesses sociais indisponíveis, contra o ardil e artifício político dos corruptos.

Sr. Presidente, eu achei importante ler esse documento sobre a reforma da previdência. Os dois estão ligados. Um é sobre o que estão fazendo com os aposentados por invalidez e o outro,



porque ameaçam já, depois das eleições, a quererem votar a reforma da previdência entre os meses de novembro e dezembro – e já ameaçam voltar com a mesma carga –, ou, se não conseguirem, em fevereiro ou março.

Não vão conseguir. Eu digo que, se nós continuarmos mobilizados, eles não conseguirão essa reforma este ano. Até podem tentar, mas não vão conseguir. E, no ano que vem, com certeza, Senadora Vanessa, antes de passar a V. Ex^a para o aparte, nós estaremos aqui. Tenho certeza de que todos estaremos aqui de novo fazendo o bom combate e não deixando que tirem o direito dos aposentados e dos trabalhadores. E ainda vamos reverter aquela maldita reforma trabalhista aprovando, como fizemos hoje, pela manhã, o Estatuto do Trabalho. Por isso, tenho certeza de que o povo brasileiro está em estado de alerta e não vai permitir que isso aconteça.

Senadora Vanessa.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador Paim, primeiro, agradeço o aparte e quero dizer que é sempre uma alegria apartear V. Ex^a, que faz pronunciamentos sempre na direção da defesa dos direitos dos trabalhadores. Mas V. Ex^a não me permite que eu fique aqui passiva tocando nesse assunto da previdência social e da reforma. Eu tenho dito, como V. Ex^a, que nós ganhamos uma grande batalha, a primeira grande batalha, que foi o adiamento, a suspensão, pelo menos provisoriamente, da análise da PEC que promove a reforma previdenciária, que não é a reforma previdenciária; é a exclusão do povo mais pobre deste País de um sistema de segurança pública. Esse que é o tom e o verdadeiro objetivo da proposta. Mas nós temos alertado que ganhar uma batalha não significa ganhar a guerra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – E assim que terminar as eleições, eles virão com um punhal para tentar apunhalar pelas costas todos os trabalhadores. Então nós temos que nos manter alertas, Senador Paim. Eu fico feliz de ver o otimismo de V. Ex^a. E digo que esse otimismo só se transformará em realidade se a população, trabalhadores e trabalhadoras estiverem atentos. Mas nós estamos falando do depois das eleições. Então vamos ver quem é, quais os partidos que defendem, que defenderam a reforma trabalhista e que a defendem. Só não votaram agora com medo das eleições. Então isto é muito importante: que estejamos todos alertas no sentido de defender sempre o direito do trabalhador. E para nós é questão de honra. Já rasgaram a CLT, e nós não vamos deixar que rasguem a previdência. Quanto à CLT, como V. Ex^a falou, nós lutamos e lutaremos muito para reverter esse conjunto de maldades que fazem contra os trabalhadores. Parabéns, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Agradeço, Senadora.

Permita-me, primeiro, cumprimentar a V. Ex^a, que sempre faz os apartes dando conteúdo e subsídio para que todos entendam em casa a importância, inclusive, das eleições agora, porque nós não podemos permitir que aqueles que querem o fim da nossa previdência com essa antirreforma, enquanto a questão da Previdência é só uma questão de gestão. A previdência mostrou isso, e ainda a questão trabalhista que nós queremos reverter, via o estatuto do mundo do trabalho, que vai assegurar de novo todos os direitos dos trabalhadores que eles mutilaram, rasgaram e violentaram de forma truculenta.

Mas, por fim, eu queria dizer que amanhã teremos mais uma audiência pública, Senadora Regina Sousa, na Comissão do Trabalho; amanhã nós vamos ouvir cabos, soldados, aqueles que



estão na linha de frente mesmo para darem a sua opinião sobre a visão de como melhorar a segurança pública no Brasil.

Já ouvimos capitães, generais; já ouvimos todos os setores; já ouvimos a sociedade civil organizada; já ouvimos os delegados; já ouvimos a Polícia Civil, mas amanhã nós vamos ouvir, a pedido deles – o que eu achei muito importante... Eles disseram com muita categoria e com muita elegância: "Senador Paim, nós queremos que vocês da Comissão ouçam também aqueles que estão lá na linha de frente, no enfrentamento direto para defender o povo brasileiro, o patrimônio e as nossas vidas, que são soldados, cabos e sargentos."

Amanhã eles estarão lá para darem os seus depoimentos, via suas entidades, e alguns também terão oportunidade de falar pessoalmente. Lá vão estar também os bombeiros, que fazem parte também desse leque de homens e mulheres que fazem a segurança pública de toda a nossa gente.

Reafirmo aqui que, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, presidida pela Senadora Regina Sousa, da qual sou Vice, ela ouve todos: empresários, trabalhadores, servidores da área civil, da área militar; ouve todos; entidades vinculadas à criança, à adolescente, enfim, todos são bem-vindos e todos são ouvidos.

Eu só lamento que, no debate do Estatuto do Trabalho, alguns empresários estão se negando a vir. Alguns dizem: "Não, mas foram eles que escreveram essa lei truculenta que está aí, que não tem como ser aplicada." Ela não tem como ser aplicada.

Requito, os próprios juízes, num congresso de mais de 600 juízes, chegaram à conclusão de que essa lei é inaplicável e criaram uma comissão para rediscutir essa questão, inclusive muitos deles já deram depoimento aqui, na Comissão do Trabalho.

Nós, até o dia 1º de maio, vamos tacar a primeira versão escrita e vamos entregar uma cópia, no mês de junho, julho, para todos os presidenciáveis e também para os Senadores e Deputados para continuarmos refletindo, e que todos assumam o compromisso com o estatuto do mundo do trabalho. Não isso que fizeram, que virou uma CLE – Consolidação das Leis do Empregador.

Sr. Presidente, muito obrigado.

Considere, na íntegra, o meu pronunciamento.

DISCURSOS NA ÍNTegra ENCaminhados PELO SR. SENADOR PAULO PAIM

(Vide item 2.1.3 do Sumário).

(Inseridos nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a e convido a Senadora Vanessa Grazziotin para fazer uso da tribuna.

Com a palavra V. Ex^a, Senadora Vanessa, a quem estou, inclusive, cedendo minha vez, com gentileza sempre.

Depois, eu e a Senadora Regina falaremos.

Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Eu agradeço muitíssimo e aproveito o inicio meu pronunciamento, Senador Jorge Viana, cumprimentando V. Ex^a, que, ao lado do Presidente da Casa, Senador Eunício – mas V. Ex^a, em especial –, tem sido, pelo Senado



da República, pelo Congresso Nacional, um dos grandes organizadores deste Fórum Mundial da Água, que acontece, neste momento, em Brasília.

Brasília recebe a presença de milhares de pessoas, que vêm do mundo inteiro, para participar desse importante Fórum.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadora Regina, quero dizer que é com muita alegria que, neste momento, eu ocupo a tribuna. Diante de tantas notícias ruins – e lamentavelmente, antes do encerramento do meu pronunciamento, terei que falar sobre essas questões negativas – num primeiro momento, digo que é com muita alegria que eu venho à tribuna, para falar sobre uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal, salvo engano, uma decisão tomada no último dia 15, quinta-feira, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade promovida pelo Ministério Público Federal, em relação ao art. 9º da Lei nº 13.165, de 2015, que é a lei que trata da minirreforma eleitoral.

Vejam, o artigo impugnado da lei que estabeleceu novas regras eleitorais a partir do ano de 2015, o artigo cuja impugnação foi solicitada pelo Ministério Público determina, Senadora Regina, que, dos recursos do Fundo Partidário que deverão ser utilizados ou que serão utilizados para financiar as campanhas eleitorais – porque isso é plenamente legal, plenamente plausível –, desses recursos do Fundo Partidário que forem para financiar as campanhas eleitorais dos candidatos daqueles partidos, no mínimo 5% e no máximo 15% se destinarão às candidaturas femininas, às candidaturas de mulheres.

Veja, Senadora Regina o mínimo de 5% e o máximo de 15%.

Quando essa lei foi aprovada aqui, no Congresso Nacional, nós estávamos na votação, Senador Jorge Viana, e nós tentamos muito – aliás, foi a partir de uma emenda, salvo engano, apresentada por uma Senadora, que não lembro exatamente qual – aprovar uma emenda que garantia o estabelecimento mínimo de recursos para custear a campanha das mulheres, as campanhas eleitorais.

Foi quando eles – eles, os Parlamentares – apareceram com essa proposta intermediária. Salvo engano, o Relator deve ter sido o Senador Jucá aqui, no Senado, não tenho certeza absoluta, mas tenho quase certeza; o Senador Jorge Viana era Vice-Presidente da Mesa do Senado Federal. Enfim, ele colocou à nossa frente essa proposta: ou era isso, ou não era nada.

E vejam, senhoras e senhores, vocês, principalmente, que nos acompanham neste momento: nós, as mulheres, ocupamos menos de 10% das cadeiras do Parlamento no Brasil. Na Câmara dos Deputados, são menos de 10%. Aqui, somos 16%. Então, obviamente que nós fomos obrigadas, naquele momento, a negociar e a aceitar, sabendo, Presidente, que aquilo era inadmissível, que aquilo era um grande equívoco, além de encerrar em si uma grande inconstitucionalidade.

Pois bem, logo na sequência da aprovação da lei, o Ministério Público Federal ingressou com uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) em relação ao art. 9º. O art. 9º – eu quero apenas dizer aqui o que é que diz o art. 9º – estabelece que, nas três eleições seguidas a 2015 – nas três eleições que se seguirem –, os Partidos reservarão, em contas bancárias específicas para esse fim, no mínimo, 5% e, no máximo, 15% do montante do Fundo Partidário destinado ao financiamento das campanhas eleitorais para a aplicação na campanha de suas candidatas – vejam.

Só que a Lei 9.504 estabelece a obrigatoriedade de todas as chapas que concorram a cargos majoritários terem 30% de mulheres e 70% de homens – 30% de mulheres e 70% de homens. Isso é o que diz a Lei 9.504, tantas vezes emendada por nós, Senador Jorge Viana.



Então, pela lógica, o que significa dizer: 30% de mulheres, no mínimo, é o que tem que ter, e é bom que se repita que a lei não fala a palavra mulheres. A lei fala a palavra gênero: 30% de outro gênero. Ou seja, se houver uma grande maioria de homens na chapa, no mínimo, 30% têm que ser de mulheres. Se houver, Senadores, uma grande maioria de mulheres na chapa, 30% têm que ser de homens. Então, é, no mínimo, para dar o equilíbrio de gênero e, portanto, um caráter mais democrático às chapas que concorrem às eleições para os cargos proporcionais, ou seja, Câmara de Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores.

Ora, Sr. Presidente, se a legislação determina que 30% das vagas são obrigatoriamente de mulheres, como estabelecer um teto de 15% dos recursos para as mulheres? Vejam o que aprovaram: 5, no mínimo, e, no máximo, 15. Nós acabamos fechando com isso, por quê? Porque nós não tínhamos nem 5. A prática mostra que mulher não tem nem 5%. A maioria dos Partidos nunca financiaram a campanha das mulheres. Não é o caso do meu Partido e tenho certeza de que não é o caso do seu Partido e do Partido da Senadora Regina, mas, infelizmente, a realidade é esta, que grande parte dos Partidos políticos não destinavam um centavo para a campanha das mulheres.

Pois bem. Julgando a Ação Direta de Inconstitucionalidade...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Só para...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ...só para concluir este raciocínio, Senador Jorge –, qual foi a conclusão dos Ministros? A mesma que nós tínhamos aqui: é inconstitucional. Por quê? Porque não pode ter um teto. Um piso até pode, mas o teto não pode, porque o piso somado ao teto diz o seguinte: que 30% dos candidatos, ou seja, candidatas de uma chapa, só poderão contar com, no mínimo, 5% dos recursos, o que representa 95% para os homens, e, no máximo, 15%, o que significa: mulheres, 30% de uma chapa ficam com 15% dos recursos e homens, 70% da chapa, ficam com 85% dos recursos. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora Vanessa, eu queria cumprimentá-la por estar trazendo esse tema. De fato, o PT, o meu Partido, e o de V. Ex^a tratam ou tentam tratar as mulheres de um jeito diferente dos demais Partidos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – No PCdoB, Senador Jorge Viana, 40% da Bancada Federal são de mulheres.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Pois é, e aqui, no Senado mesmo, nós chegamos a ter cinco mulheres Senadoras: a Senadora Regina, que está aqui; a Senadora Fátima Bezerra; a Senadora Marta; a Senadora Gleisi; V. Ex^a no Bloco, e mais a Lídice também; quer dizer, sete Senadoras. É algo inédito! Mas tudo que o País fez até agora para resolver essa questão da participação da mulher na política foi meio que um faz de conta, vamos ser sinceros.

Eu estava agora num evento com a Gabriela Cuevas, que é Senadora ...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Presidente da União ...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... Presidente da União Interparlamentar. Ela é Senadora e vai concorrer para Deputada



Federal agora, no México, e lá não pode haver reeleição – não podia, agora já vai poder, mas não nessa eleição.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Para mais um mandato só?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – É. Mas já vai poder daqui a seis anos.

E ela estava me falando, veja, como eles estão na frente. Lá eles têm um sistema misto; na lista, vota-se pela lista ...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Alternado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... e vota-se também no distrito.

Agora, veja só, obrigatoriamente, o Partido tem que pôr uma mulher, um homem...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Alternância.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... uma mulher, um homem na lista, e também nos distritos. Se no distrito A, o Partido vai botar um homem, no distrito B, tem que ser uma mulher obrigatoriamente. Veja que, aí sim, está feita a paridade, aí sim, está estabelecido algo que é fundamental.

O Senador Aníbal inclusive, ex-Senador Aníbal, apresentou uma proposta que, quando houvesse duas vagas...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Para o Senado?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... uma teria que vir para... Parecia um absurdo, mas o México pratica isso. Obrigatoriamente, tem que ser uma mulher e um homem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador Jorge Viana, eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Só para ilustrar.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu agradeço muitíssimo. Acho que a gente tem que conversar porque a população precisa ouvir essa conversa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Fica parecendo que você está querendo puxar a sardinha, mas não se trata disso.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Trata-se de chegar a um ...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora, só mais um, pedindo desculpas. Acabei de fazer um tuíte. Eu estava na abertura do Fórum Mundial da Água. A Mesa – Fórum Mundial da Água, para lidar com a vida, para



tratar das questões que põem em risco a vida no Planeta, que é a escassez de água, coisa organizada pelo Governo do Brasil, e eu não estou aqui fazendo nenhum juízo...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não havia nenhuma mulher?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Quinze homens na Mesa – 15 homens! Então, num evento internacional...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Quantas mulheres, Senador Jorge?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Nenhuma! Só 15 homens.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Mas este Governo é assim mesmo. Um Governo em que não há mulheres...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas 15 homens falaram e depois a responsável pela Unesco, que veio representando as Nações Unidas – não a puseram na mesa; ela ficou sentada na plateia – foi convidada, ao final, para dar uma palavrinha, mas como alguém da plateia.

Eu fico chocado! No século XXI! Era homem, homem, homem. Então, não se trata aqui de bandeira, trata-se de uma coisa absurda. E, quando a representante da Unesco foi falar, ela disse que a participação das mulheres na gestão da água é de 10% no mundo – as mulheres gestoras, 10%! Agora, o que é a água? Sinônimo de saúde. Por que morrem milhões de crianças por ano no mundo? Por diarreia, por conta de doenças, por falta de água tratada, por falta de saneamento. Ora, se a gente põe só os homens – não estou aqui, mas... –, com uma insensibilidade terrível para lidar com um tema que é sinônimo de vida, nós vamos contar os mortos.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Então, na política, essa questão está toda intrincada.

E acabei de ver no Itamaraty – estava lá a manhã inteira –, na abertura oficial do Fórum Mundial da Água, e vi essa cena terrível. Tirei a fotografia eu mesmo e botei no meu Twitter, falando: "Isso não é cena do século XXI."

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador Jorge, eu agradeço e quero dialogar com V. Ex^a, aproveitar dialogar com a Senadora Regina e já concedo o aparte à Senadora Regina sobre o tema. V. Ex^a deu o exemplo do México. O México é apenas um exemplo. O Brasil ocupa a 152^a posição no mundo, de acordo com as Nações Unidas, em termos de presença da mulher na política. Isso é vergonhoso. Isso deveria envergonhar quem está no poder. Vergonhoso! Agora, para eles parece natural, porque, Senador Jorge, o que nós brigamos, o que nós lutamos e nunca conseguimos nada. A gente tem que negociar.

A nossa proposta, desde o início na reforma política, é esta: chapa com alternância de homem e mulher. Era isso que nós queríamos, porque é isso que o mundo civilizado e democrático adota e, no Brasil, infelizmente, não. Mas aí, como vimos que não entrariamos, não conseguiríamos esse feito, que para nós seria muito importante, negociamos com todos os líderes partidários do Senado e da Câmara a PEC, Senador Jorge Viana, da quota de mulheres, de cadeiras para as mulheres na Câmara. Pois bem, o Senado Federal votou a PEC 98, que virou PEC 134 na Câmara dos



Deputados. Nós a votamos. Chegou à Câmara. Acabamos de votar uma reforma política mais substancial no passado. E o que aconteceu com a PEC das mulheres? Os líderes prometeram que seria o último ponto para fechar, de forma positiva, a votação da reforma. Pois, no último dia, Senadora Regina, os líderes chegaram dizendo: "Não dá para colocar a PEC em votação porque vai perder. Os Deputados não apoiam a PEC."

Então, o que é preciso nós fazermos? Será que eles estão esperando, Senadora Regina, que nós ocupemos a Mesa novamente? Porque parece que só assim nós somos vistas, só assim nós somos visibilizadas, ou, então, uma ação da Justiça Federal, que declarou não apenas inconstitucional, mas declarou, Senador Jorge Viana, que o piso para os recursos do Fundo Partidário, para financiar a campanha de mulher, é de 30%, ou seja, proporcional ao percentual que ela está na chapa. Isso que é legal.

Eu concedo, Senadora Regina, um aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Regina Sousa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Vanessa. Só para ilustrar também que é lógica essa matemática até porque, se a chapa tiver 30% de homens, eles vão ter 30%, eles devem ter 30% do recurso também. Então, a gente já vai do pressuposto que a gente vai ser minoria sempre, então 30% sempre; não, é o contrário: são 30% de gênero, seja qual for. A gente precisa avançar para isso. Mas eu queria só ilustrar e, primeiro, dizer que é uma vitória da gente, é uma luta, não foi assim de graça porque, felizmente, muitos homens – os tribunais são muito compostos por homens – já se sensibilizaram, que essa questão é muito desigual da mulher na política. Eu tenho uma ilustração importante para fazer que aconteceu no Piauí. No Município de Valença do Piauí, houve uma chapa, majoritária inclusiva, a chapa da prefeita, que apresentou as mulheres para serem candidatas só para constar. Então, as mulheres candidatas na chapa só eram para constar, tiveram zero voto, um voto. Pois o juiz local cassou o mandato da chapa todinha, não foi das mulheres porque elas nem foram eleitas, mas a chapa inteira foi cassada, e o que é mais importante: o Tribunal Regional Eleitoral confirmou a cassação e vai dar posse esta semana às outras pessoas das outras chapas, às mulheres, na proporção dos que foram cassados da outra chapa. Quer dizer, o Tribunal do Piauí está seguindo à risca. Eu acho que, se chegarem outras ações, vai ser a mesma postura. Mulher com um voto, dois votos, não é a mulher que tem que ser punida, não, porque ela foi lá porque o seu Partido não lhe deu chance de fazer campanha. Botou o nome para constar, como a gente escuta. E é em quase todo lugar. "Bota o teu nome aí para constar, para preencher a cota." E não é isso que a gente busca. Então, que esse exemplo lá do Piauí sirva para o Brasil. O juiz local cassou, e o Tribunal confirmou a cassação da chapa completa que tinha colocado mulheres que tiveram só um voto ou dois votos e vai dar posse aos outros que ficaram na suplência.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senadora Regina, V. Ex^a levanta um aspecto fundamental. Eu só relembro o anterior: a chapa que não apresentar 30% de mulheres não é aceita. Ela não é aceita, não é registrada pelos tribunais regionais eleitorais ou pelo Tribunal Superior Eleitoral, que não tem que só coordenar para a Presidência. Ela não é aceita.

E o que acontecia? Apresentavam essas candidatas, como diz V. Ex^a, que são as candidatas laranjas. Pegam a sobrinha, a tia, a irmã, a secretária, a prima e colocam lá. E o que o Ministério Público e a Justiça Eleitoral estão fazendo? Punindo dessa forma, cassando, ou seja, não recebe o registro se não tiver 30% e, se apresentar candidaturas do faz de conta, ainda tem a sua chapa cassada.



Agora, Senador Jorge Viana, eu gostaria que V. Ex^a pudesse prestar atenção em um evento a mais. Eu fiquei e fico muito feliz, Senador Jorge, quando V. Ex^a, depois do diálogo com a Senadora Gabriela, que preside a União Interparlamentar, amiga de todas nós, chega aqui e fica encantado com o exemplo do México, em como o México tem avançado na questão da participação da mulher na política. Primeiro, no México, não era permitida a reeleição nem para Deputado e nem para Senador. Quem era Deputado e quisesse se candidatar a Senador podia, e vice-versa também, e ficava um período fora. A legislação foi mudada, mas mudaram acrescentando apenas mais um mandato. Então, isso é um aspecto importante que acho que nós, no Brasil, deveríamos nos espelhar. Eu tenho uma proposta que limita o número de mandatos de Parlamentares, de Deputados, de Senadores, porque é importante que a política brasileira seja oxigenada. Esse é um aspecto importante. Mas o mais importante é o avanço que tiveram na participação da mulher.

Enquanto Senadores, como o Senador Jorge Viana, chegam e falam de forma encantada com esse exemplo, existem outros Senadores – eu aqui cito –, como o caso do Senador José Serra, que lamentam esse exemplo, essa realidade, Senador Jorge Viana. O Senador José Serra, quando era Ministro das Relações Exteriores do Brasil, logo no início do Governo ilegítimo de Temer, foi ao México e, falando lá no México, dando uma palestra, falando em nome do Brasil – e, se fala em nome do Brasil, está falando em nome de toda a população brasileira, inclusive as mulheres –, disse que não sabia que no México havia tanta mulher no Parlamento, Senador Jorge Viana, e que aquilo era um exemplo perigoso para o Brasil, aquilo não era um bom exemplo para o Brasil porque as mulheres no Brasil não representavam nem 20% daqueles que fazem política e detêm mandato parlamentar, Senador Jorge Viana. Ele disse exatamente isso, com essas palavras.

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Nós, à época, mandamos uma carta, pela Procuradoria da Mulher do Senado Federal, dando a oportunidade para o então Ministro, Senador José Serra, se retratar. Não o fez. Agora, essa é a cabeça, infelizmente, de grande parte daqueles que têm assento no Parlamento, que acham que política é lugar de homem e que política não é lugar de mulher. E acham que, a partir do momento em que as mulheres avançam, elas tiram o espaço deles. Não é verdade. A Casa Legislativa é o espelho – ou pelo menos tem de ser – democrático da sociedade, com todas as classes sociais representadas e, principalmente, com os gêneros representados. Homens e mulheres têm de estar aqui, lado a lado, decidindo e fazendo as leis deste País.

Agora, Senador, se V. Ex^a me garante uns minutinhos só para concluir, eu quero dizer que nós não estamos só comemorando, Senador Jorge. Nós estamos comemorando e anunciando que estamos protocolando hoje, as Senadoras e as Deputadas, junto ao TSE, uma consulta sobre a aplicação desse julgamento do Supremo Tribunal Federal, com relação ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

À época, em 2015, não havia esse fundo eleitoral, apenas Fundo Partidário. Mas está clara a decisão do Supremo: da parte que for para financiar campanhas do Fundo Partidário, 30% devem ser para mulheres.

Então, nós estamos protocolando a consulta, porque temos a convicção plena de que também 30% é o mínimo que nos cabe da fatia do Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

Então, a ex-Ministra Luciana Lóssio e outras colegas suas e colegas seus estão elaborando a peça que nós vamos protocolizar ainda no dia de hoje. Não tenho dúvida nenhuma, Senadora



Regina, de que teremos mais esse importante avanço. E temos de comemorar muito isso. Como diz V. Ex^a, ninguém nos deu. Isso foi uma luta muito difícil. Aliás, nossa luta tem sido muito difícil para conquistar qualquer percentual a mais em termos de empoderamento e de maior participação da mulher na vida pública.

Mas eu quero, Sr. Presidente, antes de encerrar, se V. Ex^a me permite, fazer aqui um registro.

No próximo dia 6 de abril, a Câmara Municipal de Itacoatiara – Itacoatiara é um Município dirigido pelo Prefeito Peixoto, que é do Partido dos Trabalhadores, um querido amigo, e uma das cidades mais importantes do meu querido Amazonas também – vai me conceder o título de Cidadã Itacoatiarense. Para mim, uma honraria muito grande.

Aliás, eu registro que eu não nasci em Manaus, eu não nasci no Amazonas.

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu nasci no Estado de Santa Catarina, no Sul do País. Mas muito jovem fui para o Amazonas e me sinto a filha adotiva mais bem cuidada daquele Estado, porque, de fato, o Estado me adotou, o Estado me abraçou.

Então, eu vou receber o título de Cidadã Itacoatiarense antes mesmo – eu que fui Vereadora de Manaus durante 10 anos – de receber o título na cidade de Manaus. Para mim é uma alegria muito grande.

Eu quero agradecer ao Vereador do meu Partido, o Vereador Joailson Mendes, a indicação, mas agradeço sobretudo a todos os vereadores que votaram a favor da concessão desse título que, para mim, é uma grande honraria.

O que posso fazer pelo Município tenho feito. E, entre as iniciativas que eu tenho tomado, está a apresentação de emendas importantes para aquele querido Município.

Era o que eu queria dizer.

Muito obrigada.

Presidente, um minutinho, Presidente, que eu também...

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Não pude ocupar a tribuna depois da morte bárbara, brutal de Marielle Franco e de Anderson Gomes.

Eu quero aqui hipotecar – já o fiz pelas redes sociais –, formalmente, da tribuna deste Senado, não apenas a minha solidariedade, mas hipotecar a minha participação efetiva no combate à violência, na luta para que se desvende imediatamente o crime e para que se identifiquem os criminosos, que, pelo que tudo indica, devem ser pessoas ligadas a qualquer milícia no Estado do Rio de Janeiro.

Marielle era uma jovem negra, Senadora Regina, que lutava pelos direitos dos negros, pelo direito das mulheres, dos LGBTs, ou seja, pelos direitos humanos. E ela não foi assassinada: ela foi eliminada. E quando matam Marielle, matam um pouco de cada um de nós – de cada mulher, de cada homem – militante pelos direitos humanos, militante...

(Soa a campainha.)



A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... em defesa dos direitos sociais da nossa gente.

Sabemos que vivemos um momento muito difícil do nosso País. Eu digo: depois da redemocratização do Brasil, eu acho que este é o momento mais difícil. Pisoteiam a democracia, pisoteiam a Constituição, pisoteiam as regras e pisoteiam vidas, o que é mais grave. Quando começam a pisotear vidas, como fizeram com Marielle, a lâmpada vermelha mais do que se acende: todas elas se acendem juntas. E nós estamos alertas, lutando. O povo brasileiro reagiu à altura: foi às ruas. Eu cheguei de viagem no final daquela tarde em Manaus, vindo do Fórum Social Mundial, e fui direto para a Praça São Sebastião, em frente ao Teatro Amazonas, para também participar do ato de homenagem à Marielle, de homenagem a Anderson – um ato público que disse ao Brasil e ao mundo: estamos aqui, somos Marielle e vamos continuar na luta.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria ver se a Senadora Vanessa ou a Senadora Regina podiam assumir para que eu... A Senadora Regina vai falar daqui a pouco, então nos revezamos.

Eu preciso ir a um evento...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – A Regina vai agora e, quando ela for falar, eu irei.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço muito. Eu vou fazer uma fala agora; e a Senadora Vanessa assume depois, na fala da Senadora Regina.

Muito obrigado.

(O Sr. Jorge Viana deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Regina Sousa.)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente Regina Sousa, queria mais uma vez cumprimentar todas e todos, os colegas aqui no Senado, Senadoras e Senadores, e dizer que eu fiquei esse final de semana em Brasília para participar da organização – tenho uma tarefa a cumprir como Senador e como cidadão também – do 8º Fórum Mundial da Água.

No final de semana, no sábado ainda, participei de um evento na UnB, do Fórum Alternativo, Assembleia das Águas, onde a sociedade civil se manifestou. Ontem à tarde, pude também participar, na Procuradoria-Geral da República, do Colóquio Latino-Americano Água, Vida e Direitos Humanos, evento organizado pela Dr^a Raquel Dodge, pelo Ministro Herman Benjamin, em que, de alguma maneira, também nós ajudamos e colaboramos.

Hoje pela manhã, tivemos a abertura oficial do fórum institucional, mas faço questão de dizer aqui que, no fundo, temos dois fóruns, Senadora Presidente Regina: o fórum alternativo, que é da sociedade civil – eu participei dos últimos dois, um na França e outro na Coreia do Sul; trabalhei também com outros colegas para que o Brasil pudesse sediar este 8º Fórum; é a primeira vez que ocorre no hemisfério sul –, e o fórum institucional.

O fato concreto é que amanhã nós vamos ter um evento parlamentar. Nós já temos mais de 120 Parlamentares inscritos de 20 países. E essa foi uma tarefa que me coube, como Presidente



desta Comissão que V. Ex^a também ajuda, Senadora Regina. Amanhã, às 9h, na Arena Parlamentar, nós vamos estar reunidos – Presidente do Congresso, Parlamentares do Brasil e de países amigos que enviaram delegações – para discutir qual o papel do Parlamento, tendo a água como um direito humano.

Eu apresentei, ainda este ano, uma proposta de emenda à constituição – a PEC nº 4, de 2018 – estabelecendo, no art. 5º da Constituição, a água como um direito humano. E sei também que há um conjunto de medidas que nós temos que adotar para que esta insensatez de tratar a água como uma mercadoria pura e simples não siga adiante no mundo.

Nós temos dados das Nações Unidas: perto de 800 milhões de pessoas no mundo, numa população de 7 bilhões, não têm acesso à água de qualidade, água potável. Há mais de 2 bilhões de pessoas no mundo que não têm saneamento básico. Ou seja, juntando tudo, Presidente Reguffe, há perto de quatro... a metade da população do Planeta não tem a segurança de água de qualidade ou de saneamento de qualidade. Isso é um caos.

Durante os governos do Presidente Lula e da Presidente Dilma, de 2007 até 2015 – falei isto lá no Ministério Público Federal –, o Brasil fez um forte investimento (como fez o Presidente Lula em muitas áreas) para ajudar as populações mais pobres a terem água, a terem saneamento e a terem uma saúde. Foram investidos, de 2007 até 2015, R\$104 bilhões na captação e no tratamento de água e também no esgotamento sanitário.

Mas, em 2015, entramos numa crise institucional. Temos agora um Governo sem legitimidade – não passou nas urnas –; temos uma situação de um Congresso que vive um desprestígio junto à população; e, por outro lado, um Judiciário que, em vez de assumir o papel de Poder Moderador, resolve assumir um protagonismo perigoso que também o apequena.

O fato é que hoje o Brasil tem menos da metade para investir em água e saneamento do que tinha há três anos. Ou seja, o Governo Federal está assinando embaixo e se responsabilizando pela piora da saúde pública e pela situação precária que uma parcela de quase 40 milhões de brasileiros e brasileiras vive ainda, por conta de não ter acesso à água e ao saneamento.

Temos o desperdício: a cada 100 litros de água tratada no Brasil, 37 são desperdiçados. Temos a situação do esgoto: pegamos água limpa nos rios, nos mananciais e devolvemos envenenada, suja. É essa a lógica que o Brasil vive e que uma parte importante do mundo experimenta, e é isso que nós estamos debatendo. Amanhã, nós vamos ter o dia inteiro. Eu convido todos os Parlamentares, os três Senadores do Distrito Federal para estarmos lá na arena, no espaço Ulisses Guimarães, o Centro de Convenções, a partir das 9h, fazendo um debate sobre o papel do Parlamento no direito à água. Eu estou presidindo essa Comissão e espero contar com a participação de todos.

Desde já quero agradecer e, mais uma vez, fazer o registro do esforço da equipe de comunicação do Senado, liderados pela Diretora Angela, no sentido de dar o exato tratamento – a imprensa, a grande imprensa, a imprensa nacional, toda ela está tratando – para essa questão da água como uma agenda muito importante. E é assim que tem que ser.

Eu sou Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, e a água tem tudo a ver com a questão do clima, tem tudo a ver com a vida ou com a morte, e acho que a imprensa brasileira entendeu bem isso. Mas talvez as autoridades, não.

Hoje, eu vi a abertura do fórum, a abertura oficial no Itamaraty. Nós tínhamos 15 homens na mesa. Não estou aqui maldizendo, nem fazendo nenhuma ação de deseducação com os líderes



mundiais que vieram, mas o fato, a constatação concreta, é que os países mais poderosos, mais importantes do mundo não estavam representados.

Alguns falam que isso é o desprestígio do Governo brasileiro – que não passou pelas urnas, que não tem a chancela da democracia e do voto popular – que se revela em eventos como esse. Fica parecendo isso mesmo, porque o tema é importante, o momento é único – ou debatemos a questão da água e tomamos a atitude ou vamos pagar mais caro ainda –, e aí, quando o Brasil vai sediar um evento como esse, os líderes mundiais não vêm, não se fazem presentes.

Esse é um registro que faço.

Mas eu queria, Sr. Presidente, Senadoras, ainda me referir a esse drama, a essa comoção que o Brasil ainda vive por conta do assassinato da Marielle Franco e do Anderson Gomes.

Mas, se não fosse traumático, dramático, uma jovem de 38 anos, Parlamentar, nossa colega, ser perseguida e alvejada, depois de sair de uma reunião com movimentos populares, e levar cinco tiros no rosto...

Esse assassinato, essa execução comoveu o Brasil. Todos nós ficamos abalados, todos nós suprapartidariamente sentimos o quanto estamos no fundo de um poço, do ponto de vista da violência.

Eu sou da terra de Chico Mendes. Chico Mendes era uma pessoa simples que lutava por um mundo melhor, pela defesa das florestas, das populações que viviam nas florestas. E foi assassinado, foi executado pelas ideias que defendia. Virou símbolo do meio ambiente.

A Marielle Franco é algo também assim: ela foi morta, ela foi executada por conta das ideias que defendia. E o que ela defendia? Ela defendia que os direitos básicos de cada um de nós fossem respeitados, que os mais pobres pudessem ser olhados. Ela não queria mandar matar ninguém, nem executar ninguém, nem bater em ninguém. Ela estava defendendo os direitos humanos, os direitos como estão escritos na resolução da ONU, na Carta das Nações Unidas, algo que é universal. E ela foi executada pelas ideias que defendia.

Certamente, a Marielle Franco ficará, como ficou Chico Mendes, como um dos símbolos da luta em defesa das minorias, pelos direitos humanos.

No mundo inteiro, a imprensa fez matérias. Aqui no Brasil, tudo está tão dividido, todos, mas a grande imprensa – eu achei isto bonito, se é que podemos ver alguma coisa bonita nessa hora neste País, mas eu achei isto importante –, toda a imprensa, todos nós, de maneira suprapartidária, nos juntamos para entender o tamanho da gravidade a que a violência chegou no País.

Mas essa execução, eu falei, tinha de nos unir a todos. Essa execução tem que ser vista como um desafio, uma provocação, um ato de autoritarismo das facções criminosas, das milícias, daqueles que fizeram do crime o seu modo de viver. Pensei assim. Dei uma entrevista inclusive para o Jornal Nacional. É claro que não há nenhuma maldade, a jornalista fez a entrevista com muita competência, mas, do jeito que saiu, ficou parecendo que eu estava ali defendendo uma intervenção militar no Brasil inteiro. Nunca defendi intervenção militar! Votei contra porque a maneira como o Governo estava conduzindo está errada!

Anteontem, completaram-se 30 dias da intervenção no Rio: não tem orçamento, não tem plano. Nunca vi isso! E o símbolo de 30 dias foi a morte da Marielle Franco.

Não que eu queira fazer disso um espaço de enfrentamento político. Falei na morte dela na minha entrevista. Não é hora de estarmos discutindo se é boa ou ruim – pelo menos quando tínhamos ali a dramaticidade dessa execução. Foi assim que me posicionei, mas sou favorável. Sou



contra a intervenção militar da maneira como está fazendo, mas sou favorável a uma intervenção do Estado brasileiro, das autoridades, dos Governos estaduais, das forças de segurança, numa ação conjunta, sem ter de usar um espaço da Constituição como estão fazendo, especificamente no Rio de Janeiro, na área da segurança.

Será que não precisamos ter uma cooperação das Forças Armadas nos Estados de fronteira – como é o meu Estado –, como propôs o Governador Tião Viana? Aliás, na Carta do Acre, que eu defendo seja o balizador dessa intervenção, dessa ação política a que faço referência, está escrito – quatro ministros do Governo Temer assinaram a Carta, com 23 governadores – sobre ação conjunta, liberação de recursos, inteligência, agir nas áreas de fronteira, procurar encontrar com a inteligência os "cabeças" dessas organizações criminosas, dando condição para as polícias civis e militares, dando condição para a Polícia Rodoviária Federal, que não tinha nem gasolina no ano passado, dando condição para a Polícia Federal agir.

Eu penso que é assim. Eu fui governador por oito anos. Nós enfrentamos o crime organizado.

Agora, o próprio jornalista Janio de Freitas fez uma coluna, mais uma das suas colunas na *Folha de S.Paulo*, que eu vou pedir para constar nos *Anais*, que fala assim: "Tantos Edsons e Marielles", por Janio de Freitas.

Ele descreve aqui exemplos que entraram para a história:

Um país comovido é de uma beleza dramática que a história não é pródiga em oferecer. Marielle Franco era um nome pouco menos que desconhecido no país. Centenas de milhares, no entanto, em inúmeras cidades, uniram o pesar e a indignação pelo assassinato de uma batalhadora. E sem que os transbordassem em qualquer momento de desatino. Apenas conscientes e determinados.

Não por acaso [ele lembra, no seu artigo], isso acontece nos 50 anos do assassinato em março de 1968, pela bala de um oficial da PM, do estudante Edson Luís de Lima Souto aos 18 anos, em um protesto contra a comida repulsiva no Restaurante dos Estudantes, Rio. Sem desordem alguma, seu corpo foi levado nos braços de centenas de colegas para a Câmara de Vereadores. De onde foi levado até o distante cemitério [...]

[Ele fala também:] A coincidência no calendário não foi ocasional: todos os dias são de assassinato de batalhadores pela justiça, por direitos humanos, pela sobrevivência, e em qualquer mês Marielle coincidiria com vítimas das forças homicidas. [...]

Ele fala também das mortes dos índios. Fala do Rio vitrine; do Rio que conta seus mortos de dia e de noite. Ele faz críticas às autoridades que falam que o crime do Rio tem 5 mil fuzis. Ele diz que não há como saber. Não há informação. Não há uma ação. Trinta dias depois de uma intervenção, não há plano.

Hoje eu fiquei chocado. Já tinha ficado na quinta, na sexta-feira, ao ouvir o Ministro da Fazenda. A grande discussão é: cadê o dinheiro para bancar a intervenção no Rio? Cadê o dinheiro? E o Ministro da Fazenda, Meirelles, mais interessado em discutir sua candidatura a Presidente da República, fala que o dinheiro já está garantido, porque, quando ele fez o ajuste fiscal, o entendimento com o Governo do Rio, já teria dinheiro suficiente.

Parece uma brincadeira. Eu acho que estão brincando com fogo.

Em 2013, um aumento de R\$0,20 no preço da passagem de ônibus em São Paulo levou, em poucos dias, milhões de pessoas às ruas. Claro que houve ali estímulos de "a", de "b" e de "c". Pode ter havido até manipulação, mas havia indignação.



Agora, milhares de pessoas estão indo às ruas. Amanhã vai haver mais um ato, lá na Candelária, em homenagem à memória de Marielle e também daqueles que foram vitimados, daqueles que perderam a vida, que, como nós sabemos, precisam ser reverenciados sempre em uma hora como essa.

O Anderson Gomes também tem que ser sempre lembrado, porque foi vitimado e é mais um nome, um anônimo, mas que deixou a sua família, a sua esposa por conta dessa brutalidade que vivenciamos no Rio.

O Janio de Freitas...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... faz referência também a algo que foi cometido no Rio: "A comoção com um assassinato tão brutal quanto perceptível como eliminação é informativa na medida em que reproduz duas comoções em massa." No caso, ele faz referência à morte do Getúlio. Getúlio era perseguido na época por grupos militares e também havia uma ação de políticos civis; e, quando da morte dele, houve uma verdadeira comoção no Brasil; quando do suicídio dele, houve uma comoção no Brasil, com o povo nas ruas.

Eu queria aqui, Sr. Presidente, para concluir, dizer que, se não bastasse esses problemas todos, a maneira como o atual Governo, do meu ponto de vista, tentou manipular uma situação gravíssima de violência no Brasil, que está aqui, no Distrito Federal, está lá no meu Estado, está no Nordeste, está no Rio Grande do Sul... E faz uma intervenção no Rio? E os demais Estados? Por que não liberam o dinheiro das emendas da Bancada para o Acre, para que o Governador Tião Viana e as forças de segurança possam fazer o enfrentamento, lá na fronteira, ao tráfico de arma e de drogas e ajudar também a criar um ambiente de paz nas cidades do Acre? Não. Foi uma ação como se fosse de *marketing*, porque – volto a repetir –, se fosse uma intervenção séria, em 30 dias já haveria um plano, ou primeiro haveria um plano para depois se fazer a intervenção, haveria recurso garantido. E isso está dando na vista.

Este drama, a morte do Anderson e da Marielle termina que virou um símbolo para o País de que estamos no caminho errado, de que estamos fazendo a coisa errada.

Agora, o mais grave – e eu encerro – foi isto: do mesmo jeito que tivemos uma comoção, uma união de tantas ideias, pensamentos, orações e rezas pela memória dessa Parlamentar, nós começamos a ver, experimentando nas redes sociais, uma campanha de ódio, de distorção; conseguiram ter a coragem – Parlamentares até, juízes – de mentir nas redes sociais, dizendo que essa jovem tinha sido casada com um líder de um comando desses, tinha gerado um filho, e que a morte dela tinha sido uma reação das facções criminosas que disputam o poder.

Foram atrás – a imprensa, a grande imprensa, inclusive. O Fantástico ontem estava denunciando. Isto é uma coisa importante de ser registrada: a Rede Globo, a *Folha de S.Paulo*, o Estadão, o jornal *O Globo*, o jornal *Valor*, todos os portais denunciando. Grandes jornalistas foram verificar: uma Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio, uma Juíza, vai e escreve, na sua página na internet, todo tipo de crime que alguém pode escrever contra a alma da Marielle Franco, que não está nem aqui para se defender.

Sua irmã, Anielle Franco, sua filha, Luyara Franco, tiveram que ir provar: "Não, eu sou filha de um outro favelado. Ele trabalha no movimento de pais na favela. Sou filha dele com minha mãe."



E aí eu vi até o André Trigueiro fazendo um Twitter, que retuitei. Foram lá... A Desembargadora, a Juíza – Desembargadora –, depois que postou verdadeiros crimes contra a alma, contra essa vítima que foi executada, a Marielle Franco, depois de falar tudo que um ser humano não pode falar, não deve falar, muito menos uma juíza, apagou e disse: "Não; eu nunca ouvi falar mesmo dela, não; não a conhecia, não sei quem era. Não sei quem era; mas mandaram para mim algo, eu li e aí reproduzi."

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Essa senhora é a Desembargadora Marília Castro Neves. Não a conheço. Não posso fazer nenhum julgamento sobre ela, mas ela não tem condição moral ou mental de julgar qualquer pessoa.

Eu espero que o Conselho Nacional de Justiça possa tomar uma atitude. Queria ver um exemplo, uma demissão por justa causa de uma pessoa que tem a prerrogativa constitucional de nos julgar a todos, mas que não está à altura de julgar ninguém. Ela estava condenando uma alma, a memória.

Nós todos aqui tentando somar força, uns com os outros, para ver se viramos essa página da história, mas eu vou lendo e vendo: ela é uma das personagens do que chamam de juízes *Free Facebook*, pessoas do Judiciário que estão livres nas redes sociais, fazendo esse tipo de barbaridade, cometendo esse tipo de crime.

O PSOL entrou no Conselho Nacional de Justiça. Há muitos conselheiros; todos passaram aqui no Senado. Eu quero ver quantos conselheiros vão se posicionar e pedir o impedimento dessa senhora de agir como membro do Judiciário.

Será que não era o caso aí de manifestação da Ministra Cármem Lúcia, dos ministros dos tribunais superiores? Estão esperando o quê para se manifestarem? Quando é um Parlamentar que comete uma barbaridade como essa, o Brasil inteiro pede a cassação, e nós cassamos.

Eu não quero o mal de ninguém; não quero. Mas essa senhora, Desembargadora... Eu vi que, ontem, no Fantástico, até Parlamentares pediram desculpas, mas pregar o ódio, praticar o ódio... Nossa País não pode seguir vivendo assim. Fico muito triste quando vejo esse perigoso protagonismo, esse criminoso protagonismo de componentes do Judiciário.

Eu não tenho dúvida, Presidente Reguffe – e queria concluir – de que eu acho uma barbaridade, uma loucura um país como o nosso botar câmera ao vivo, sessão transmitida ao vivo dos tribunais, das audiências, no Supremo Tribunal, no STJ. Nenhum país do mundo tem isso. Vá tentar assistir a uma sessão ao vivo de um tribunal nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Alemanha. Sabe quando você vai ver? Nunca!

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Porque os juízes lá falam nos autos, não querem saber a capa do processo.

Aqui, no Brasil – nós somos seres humanos –, põe-se tudo ao vivo; aí a vaidade entra, aí a forma, os conteúdos passam a se modificar, porque está todo mundo vendo. Eu não estou querendo censurar nada. Aqui é a Casa do Parlamento, aqui todo mundo tem que estar transparente. Aqui nós fomos eleitos, podemos ser reeleitos ou não, votados ou não, mas, quando alguém vai para uma carreira de Estado, para a vida inteira, não pode cumprir esse papel vergonhoso que a Srª Desembargadora Marília Castro Neves, com todo respeito por não conhecê-la, cumpriu.



Eu acho que ela deveria pedir para sair da função de Juíza, renunciar à função de Desembargadora, mas, enquanto ela não faz isso, espero que as autoridades o façam.

A gente vê o que estão fazendo com o Presidente Lula... O Presidente Lula, que foi por oito anos Presidente da República, trabalhou a inclusão, trabalhou como poucos Presidentes da República, olha pelo que ele está passando. Foi satanizado pela imprensa, por veículos de comunicação, redes sociais, mas a verdade vai vindo, vai aflorando, e boa parte da população hoje tem certeza de que o tal do *impeachment* e de que o esquema que puseram contra o Lula foram uma espécie de jogo de cartas marcadas, como eu falei aqui.

E, agora, a esperança é de que o Supremo, pelo menos, não seja conivente, não assine embaixo desse jogo de cartas marcadas, porque eu quero um Judiciário forte, independente...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... com as suas prerrogativas garantidas; mas não esse, em que setores começam a assumir um protagonismo perigoso em vez de um Poder moderador de que o Brasil tanto precisa.

Esse exemplo dessa Srª Juíza, e de outros que se manifestaram, precisa... O Conselho Nacional de Justiça foi criado para isto: para fazer o controle externo do Judiciário. Faço um apelo: façam o controle externo do Judiciário os senhores, para não haver o risco de cometem injustiça. Essa injustiça que a Desembargadora e outros colegas dela cometem contra a memória da Marielle, de sua família, de sua filha, de sua irmã não pode ficar impune.

Da mesma maneira que eu espero que a polícia, que os órgãos de segurança apurem o quanto antes e esclareçam o crime contra a Marielle, nós precisamos também que essas agressões à memória...

(Interrupção do som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... para que o Brasil possa ter paz e criar um ambiente de boa convivência de que nós tanto precisamos, Presidente.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Jorge Viana, a Srª Regina Sousa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe.)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Sobre o caso Marielle, é importante que se diga e que se registre que a solidariedade não deve ter cor, gênero nem ideologia política. Não é porque alguém pensa diferente do outro que esse alguém tem que ser insensível à dor de uma família e à morte de um ser humano que foi cruelmente executado, porque esse é o termo para o que aconteceu no Rio de Janeiro.

Hoje a luta política não pode estar acima de qualquer coisa. Este País tem que ficar atento ao ódio que está sendo gerado hoje. A luta política não pode estar acima de qualquer coisa. Acima disso, houve a morte de uma pessoa, de duas pessoas, há o sofrimento de duas famílias. Então, a luta política não pode estar acima disso. Acho que a solidariedade precisa ser neste momento colocada.

Então, quero deixar aqui a minha solidariedade tanto à família da Marielle quanto a do Anderson. E quero dizer que este País está precisando neste momento de concórdia, está precisando, neste momento, que as pessoas consigam dialogar, conversar. Eu vejo dizerem assim:



"Ah, mas há outras mortes e não se fala das outras mortes." Talvez o erro seja este: talvez o erro seja a insensibilidade com relação a outras mortes. Mas isso não pode tirar a solidariedade que tem que haver, neste momento, com essas duas mortes que ocorreram no Rio de Janeiro. Isso tem que estar acima de qualquer coisa, inclusive de ideologia política, porque isso não pode ser instrumento de luta política. Houve a morte de duas pessoas e é preciso que se tenha solidariedade, sim. Então, eu lamento esse clima de ódio que infelizmente o País vive hoje.

Essa é a minha opinião.

Eu queria chamar agora para fazer uso da palavra a Senadora Regina Sousa.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, o assunto não podia ser outro: é Marielle. Muitos gostariam que a gente se calasse. Acham que já chega, mas não chega, temos que falar.

Antes de falar de Marielle vou falar também de outros, só para dizer quem já morreu em 2018, e que a gente só pode achar que foi por motivação política, porque são sempre líderes que defendem direitos humanos, que defendem os mais humildes, que defendem os mais pobres. Então, o primeiro deles... O assassinato de Marielle foi na quarta, mas, na segunda-feira, dia 12 de março, no Pará, assassinaram Paulo Sérgio Almeida Nascimento, um líder da Associação dos Caboclos Indígenas e Quilombolas da Amazônia. Foi alvejado como Chico Mendes. Ele saiu à noite para ir ao banheiro, que é fora de casa – quem mora na roça sabe disso, sabe que os banheiros ficam fora das casas –, lá foi assassinado da mesma forma que Chico Mendes.

E ele coincidentemente era a pessoa que denunciava aquela refinaria responsável pelo vazamento. Ele denunciava e já tinha pedido proteção à polícia, mas não contou com a proteção. Ele denunciava a mineradora norueguesa Hydro Alunorte, que deixou vazar produtos de alumina, minério usado para a produção de alumínio. O líder comunitário questionava a licença da multinacional para a construção das bacias de rejeito no Município. A empresa é investigada, desde o mês passado, por suposta contaminação do rio e áreas verdes de Barcarena. Ninguém falou do ocorrido praticamente. Mas ocorreu na segunda-feira passada.

Há outros que também já foram mortos neste ano: George de Andrade Lima Rodrigues, líder comunitário em Recife – não vou ler toda a relação porque demora muito, eu preciso terminar e sei que o tempo é limitado –; Carlos Antônio Santos, Carlão, líder comunitário no Mato Grosso, no dia 7 de fevereiro; Leandro Altenir Ribeiro de Ribas, líder comunitário em Porto Alegre, em 28 de janeiro; Márcio Oliveira Matos, liderança do Movimento Sem Terra na Bahia, em 24 de janeiro de 2018; Valdemir Resplandes, Líder do MST no Pará, na cidade de Anapu, no mesmo lugar que mataram a missionária Dorothy Stang, que defendia a reforma agrária, os trabalhadores assentados – no mesmo lugar, morreu agora o Valdemir –; Jefferson Marcelo do Nascimento, líder comunitário no Rio. Há outros. Em 2017, foram assassinados 52 defensores de direitos humanos. Como é que a gente pode se calar? Também Marielle, Anderson e Paulo Sérgio lá do Pará foram assassinados nessa semana. Um bebê de dois anos foi vítima de bala perdida numa favela do Rio. Policiais são atingidos de vez em quando. A gente lamenta todas essas mortes.

A Marielle era um símbolo – mulher, negra, lésbica – daquilo que alguns não toleram. A quem interessava a morte de Marielle? Ao mesmo tipo de gente que matou Chico Mendes e outros líderes populares, porque incomodam as pessoas que se sentem donas, eu as chamo de donatárias da capitania chamada Brasil. Há pessoas que pensam que são herdeiras das capitâncias hereditárias



e acreditam que pobres não podem estar no meio deles. Aos pobres para essa gente cabe o lugar reservado por ela, a elite: a cozinha dos ricos, a roça, o trabalho nas fazendas dela. Enfim, ao pobre cabe servir a elite. Ainda há muita gente com essa mentalidade.

Cada vez que surge uma liderança popular, eles tremem, sentem-se ameaçados. Já são 20 os defensores de direitos humanos assassinados em 2018. Em 2017, até setembro, foram 52, fora as chacinas em Colniza; Pau D'Arco, no Pará; Gamela, no Maranhão. Mas não basta matar o corpo físico, matam também a alma.

O que estão fazendo com a Marielle é desumano, é nojento, matando a reputação, desqualificando a moça. O que estão fazendo é de uma baixeza que dá nojo. Pensar que uma juíza – fico na dúvida se é juíza mesmo e como será que passou no concurso – postou dizendo que Marielle tinha que morrer mesmo... O que ela disse é isto: "Marielle tinha que morrer." E apontou um monte de defeitos, inclusive mentiras, grandes mentiras. Ela, na qualidade de juiz, pelo menos deveria conferir se as informações que ela recebeu eram verdadeiras, se é que ela recebeu. Mas ela fez isso. Imagina se cai para ela o julgamento desse caso! Ela ia absolver os assassinos, não tenho dúvida. Aliás, alguns setores do Judiciário brasileiro são casos para estudo e para ação no CNJ. Não é possível que o CNJ não se manifeste em relação a essa juíza.

Nesta semana, lá em Goiás, uma mulher foi pedir proteção, medida protetiva, porque estava sendo ameaçada pelo ex-marido, e o juiz disse que ela tinha que parar de mi-mi-mi, dar-se o respeito e bater no homem também, bater com força. Isso é coisa que um juiz diga para uma pessoa? Está lá escrito no despacho do juiz que ela tem que bater também.

E há quem diga que se está politizando a morte de Marielle. Alguém tem dúvida de que foi a ação política dela que motivou os assassinos? Não é questão de tirar proveito da morte. É a forma de gritar a nossa dor. Sempre gritamos alto quando perdemos alguém pelo caminho. Somos poucos. E todos que tombam fazem falta nas fileiras da luta em defesa dos direitos fundamentais, principalmente dos mais pobres. Então, as passeatas, as palavras de ordem são para que todos ouçam que Marielle, Paulo Sérgio, Anderson e outros estão presentes e nos dão força para continuar. Nada vai nos deter.

Temos muitas lideranças ameaçadas. Cito o exemplo da líder das quebradeiras de coco babaçu lá do meu Estado, a Francisca. Aliás, ela é líder interestadual dos Municípios onde há babaçu. Ela foi ameaçada, não morreu por milagre, lutando pela água. Simplesmente, um encarregado de uma terra resolveu cercar o açude onde seis comunidades pegavam água. Eles foram lá e derrubaram a cerca. E, por isso, o encarregado armou quase uma tocaia, porque botou a mulher para chamar a Francisca para conversar e veio por trás com uma faca. Se outras pessoas não tivessem visto e gritado, e ela não tivesse corrido, ela teria sido assassinada.

Agora, isso não vai nos deter. Isso nos dá coragem. A gente sabe do risco que corre quem defende direitos humanos. Há muita dor sim. A gente está lamentando todo dia. Toda semana há uma pessoa pela qual a gente tem que lamentar. A gente tem que lamentar todas as mortes, mas a gente não tem como citar todas aqui. Agora, quando as pessoas têm uma projeção, as pessoas têm uma luta pela frente, aí a gente tem que explicitar que é para ver se inibe essa gana de matar as pessoas que defendem os direitos humanos, que defendem os seus direitos, o direito das pessoas, defendem os mais pobres, porque a ganância está tomando conta deste País de um jeito muito forte.



Então, eu queria aqui, mais uma vez, apelar ao CNJ. Não é possível não tomar uma providência, independente de representação. O CNJ tem que tomar uma providência em relação a essa juíza, porque, senão, todas ou todos vão se sentir no direito de fazer esse tipo de comentário.

Eu acho que está exagerado. Desde o *impeachment*, desde o golpe que derrubou a Presidenta Dilma, desembargadores, juízes, promotores estão se manifestando demais nas redes. Eu acho que não se trata de tirar a liberdade deles. Mas eles vão lidar com esses casos. Como eles vão lidar com esses casos se eles emitem opiniões antecipadas? Como as pessoas vão confiar na isenção deles? Então, é preciso que haja um mínimo de discrição nessa história toda.

Independentemente de ela ter apagado, essa senhora fez, ela disse textualmente que Marielle tinha de morrer porque tinha se metido com traficantes, tinha sido amante de não sei quem, tinha tido filho, um monte de mentira, inclusive. Alguém sugeriu que se submetesse a menina, a filha dela, a fazer DNA. Isso é uma humilhação. Nada a ver. Mataram o corpo e querem matar a alma da Marielle. E isso não podemos permitir.

Então, nós não vamos nos calar. Nós não vamos recuar. Não haverá recuo. Há dor? Há, sim.

Vanessa, gostaria de falar?

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu gostaria.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Pois não, Vanessa.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Se V. Ex^a me permite, Senadora Regina, primeiro, V. Ex^a tem sido uma grande Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa. Acho que a Comissão que mais audiências públicas faz, que mais debate faz e que está no dia a dia com a população do Brasil, sem dúvida nenhuma, é a Comissão de Direitos Humanos do Senado. Em segundo lugar, Senadora Regina, em nós mulheres eu acho que a dor é maior ainda. E é maior não por conta da violência, do extermínio, mas por conta dessa outra violência a que V. Ex^a se refere. O Senador Jorge Viana já ocupou a tribuna para falar disto: uma magistrada, uma desembargadora – ela não é só juíza, ela é desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – escrever o que escreveu? Pelo que eu vi, a desculpa, a justificativa dela é que ela apenas replicou. Não. Vamos olhar o Face dela, as mídias dessa senhora. Essa senhora só propala o ódio, essa senhora só propala a desunião, a discriminação. É isso o que ela propala, uma desembargadora. O Conselho Nacional de Justiça deve tomar alguma providência, porque não é a única. Não é a única, infelizmente. E não quero dizer que só na magistratura há disso. Mas a magistratura julga, decide o destino de vidas. E é assim que trata, Senadora Regina? Então, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, a providência que V. Ex^a for tomar, a iniciativa que V. Ex^a tomar, conte desde já com o nosso apoio, Senadora Regina. Muito obrigada. E parabéns pelo pronunciamento corajoso. Aliás, a postura de V. Ex^a tem sido corajosa. V. Ex^a tem sido vítima, uma das maiores vítimas aqui no Senado Federal por esta razão: por ser simples, por ser negra, como se isso não qualificasse as pessoas a estarem aqui. O que não deveria qualificar são esses tipos de atitudes discriminatórias, atitudes imorais, como fez, entre vários, essa senhora desembargadora do Rio de Janeiro. Parabéns, Senadora.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora Vanessa.



Como eu ainda tenho um tempinho, eu vou ler o nome das pessoas que foram mortas em 2017. A gente não tem dados importantes. A gente pega de um lugar e de outro. Até vou propor, na Comissão de Direitos Humanos, que haja um observatório de direitos humanos para organizar esses dados, para que a gente tenha, na Comissão, alguma coisa que não precise ser lida, mas uma resolução que a gente possa ter, porque aqui não estão todos.

Já li os de 2018. Agora, os de 2017: Clodoaldo dos Santos, líder sindical em Sergipe; Jair Cleber dos Santos, líder de acampamento no Pará; Fábio Gabriel, cujo apelido é "Binho dos Palmares", líder quilombola na Bahia; José Raimundo da Mota de Souza Júnior, líder do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na Bahia; Rosenildo Pereira de Almeida, o "Negão", líder comunitário da ocupação na Fazenda Santa Lúcia, no Pará; Eraldo Lima Costa e Silva, líder do MST no Recife; Valdenir Juventino Izidoro, o "Lobo", líder camponês em Rondônia; Luís César Santiago da Silva, o "Cabeça do Povo", líder sindical do Ceará; Waldomiro Costa Pereira, líder do MST no Pará; João Natalício Xukuru-Kariri, um líder indígena em Alagoas; Almir Silva dos Santos, líder comunitário no Maranhão; José Bernardo da Silva, líder do MST em Pernambuco; José Conceição Pereira, líder comunitário no Maranhão; Edmilson Alves da Silva, líder comunitário em Alagoas; Nilce de Souza Magalhães, a "Nicinha", líder comunitária e membro do Movimento dos Atingidos por Barragem – nós temos um movimento que está aqui agora neste Fórum Alternativo das Águas, que é das pessoas atingidas pelas barragens que foram construídas e foram deixadas ao léu. Então, eles têm uma luta intensa por reparação dos danos. E essa menina Nicinha foi assassinada –; Simeão Vilhalva Cristiano Navarro, líder indígena do Mato Grosso; e Paulo Sérgio Santos, líder quilombola na Bahia.

Então, esses são os que eu consegui juntar, mas são muitos mais, mas muitos mais mesmo. Então, ninguém pensa nessas famílias quando falam que estão politizando, que estão sambando sobre o cadáver, porque a gente está gritando mesmo. As passeatas, as palavras de ordem são gritos de dor. As balas estão encravadas em cada um que luta por direitos humanos. A gente não sabe quem será o próximo.

Quero dizer que não haverá recuo, porque medo já não faz parte do dicionário da gente. Quero dizer que a gente se inspira na música da anistia: "uma dor assim pungente não há de ser inutilmente".

Obrigada.

(Durante o discurso da Sr^a Regina Sousa, o Sr. Reguffe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Muniz.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Muniz. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senadora Regina Sousa, quero parabenizá-la. E quero pedir à senhora, se for possível, que assuma a Presidência para que eu possa fazer uso da palavra. Quero novamente parabenizar as palavras de coragem de V. Ex^a. Tenho certeza de que essa é uma luta de todos os brasileiros que veem, nesses momentos mais difíceis, a possibilidade de um encontro da população com os seus políticos e seus representantes.

Então, quero parabenizá-la pelas palavras e passar a Presidência para a senhora.

(O Sr. Roberto Muniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Regina Sousa.)



A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Com a palavra o Senador Roberto Muniz.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Regina, Presidente desta nossa Casa neste instante, na mesma toada dos direitos humanos, que V. Ex^a tão bem aqui explicitou, ao falar de toda a sua angustia, da sua força para enfrentar esses momentos tão difíceis que o nosso País está vivendo, da mesma forma, quero aqui trazer também algumas palavras ouvidas ontem no Colóquio Latino-Americano da Água, Vida e Direitos Humanos.

Quero aproveitar, neste instante, para parabenizar a Procuradoria-Geral da República (PGR) – por meio da Presidente Raquel Dodge, que fez um trabalho belíssimo junto com o Vice-Procurador-Geral da República, o Dr. Luciano Maia – por organizar esse Colóquio Latino-Americano, que promoveu um encontro de Parlamentares – e aqui quero saudar o Senador Jorge Viana e o Senador Cristovam Buarque, que estavam lá também presentes, como eu estive –, promotores, juízes e especialistas, na luta para fazer com que a água seja um direito humano reconhecido aqui no nosso Brasil.

E para que isso aconteça, Senadora, Senadores, é muito importante que, quando a gente olhe esse tema água, vida e direitos humanos...

Eu quero destacar aqui um pensamento oriundo do livro *A grande saída*, do escritor Angus Deaton, vencedor do Prêmio Nobel de Economia. Ele faz uma relação, Senadores, entre a saúde, a riqueza e a origem da desigualdade. E o que ele percebe? Percebe que, nos últimos séculos, houve um aumento muito grande da expectativa de vida em todo o mundo e que também as taxas de mortalidade infantil caíram, na média mundial, enormemente. É claro que há ainda bolsões de pobreza que continuam como se na Idade Média ainda estivessem, Senador José Medeiros, mas o mundo avançou nesses dois parâmetros de medição de qualidade de vida.

E o que ele traz? Ele traz a grande importância de três fatores. O primeiro fator foi o aumento da riqueza mundial, que, apesar de concentrada, aumentou. Mas houve uma distribuição da nutrição através da revolução agrícola. A produção – e, por consequência, a quantidade – de alimentos no mundo aumentou, e, com isso, mais contingentes de pessoas tiveram acesso aos alimentos. Mas isso, por si só, não estabelece o aumento da expectativa de vida.

Houve também o avanço da Medicina. No avanço da Medicina, nós podemos destacar uma descoberta fundamental para a ampliação do aumento da expectativa de vida: os antibióticos. Por outro lado, também nesse quesito, a população mais carente muitas vezes não alcança a possibilidade de comprar aquele antibiótico de melhor qualidade para enfrentar a sua doença.

E, por final, ele disse que a ação mais importante que houve nesses últimos séculos foi o avanço na saúde pública. Da saúde pública, Senador José Medeiros, ele coloca, como fator principal para o aumento desta expectativa de vida e da diminuição da mortalidade infantil, a questão da qualidade da água e do saneamento básico. Essa, sim, é uma atividade que faz um enfrentamento real à desigualdade social.

E é por isso que nós estamos hoje aqui comemorando a possibilidade de o Brasil, de Brasília ser a capital das águas do mundo. Estamos aqui reunidos com os principais especialistas, com as principais lideranças de todo o mundo para debater as questões da água e do saneamento.

E é claro que eu não poderia deixar de usar, Senador José Medeiros, a liberdade poética, porque vim da Bahia. E, como bom baiano, trouxe aqui versos de uma música do nosso grande Gilberto Gil, em que ele diz:



Traga-me um copo d'água, tenho sede
 E essa sede pode me matar
 Minha garganta pede um pouco d'água
 E os meus olhos pedem teu olhar

A população carente, as pessoas mais pobres, as comunidades mais longínquas do nosso País ainda aguardam esse olhar de solidariedade. Essa música é mais do que uma música: ela é uma súplica, ela pede a mão amiga da solidariedade brasileira.

E é assim que o Fórum Mundial da Água inicia a sua caminhada, desde ontem, para que nós façamos uma coisa muito importante: compartilhar a água. Mas primeiro, antes de compartilhar a água, nós precisamos compartilhar sentimentos e conhecimentos.

E é por isso que o Fórum Mundial da Água traz na sua nascente uma resolução da ONU, a Resolução 64.292, de 2010, em que ela estabelece que a água é um direito humano essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos.

Quando lá foi feita essa resolução, Senador José Medeiros, os números já eram alarmantes: mais de 880 milhões de pessoas já não possuíam acesso à água. Dos 6,5 bilhões de população, à época, 2,6 bilhões de pessoas no mundo não tinham acesso ao saneamento básico. E como será o futuro? Em 2050, já seremos quase 10 bilhões de pessoas. A pressão sobre a água só aumentará. Essa questão é fundamental para a vida e para o desenvolvimento econômico.

Aqui no Brasil, nós já temos uma base jurídica, algumas leis que já falam desse direito de forma indireta e, muitas vezes, direta. Nós temos a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei 6.938; temos a Lei das Águas, de nº 9.433, conhecida também como lei de recursos hídricos, que trata a água como bem de domínio público; e a Lei 11.445, de 2007, que tem a universalização do saneamento como a principal meta da sociedade brasileira.

Mas como é que nós estamos em relação a essa questão de água e esgoto no nosso País? O nosso País, Senador José Medeiros, vive um paradoxo. O mundo todo fica assustado. Nós temos 12% da água doce do mundo e já estamos sofrendo restrições hídricas, estresse hídrico, crise hídrica não só lá no nosso Nordeste mais. Nós estamos sentindo e percebendo isso nos grandes centros urbanos do nosso País, aqui em Brasília, em São Paulo; e em diversos locais do mundo, na Califórnia, na Cidade do Cabo – na África do Sul.

A seca avança sobre as grandes cidades do mundo, e o que é pior: um paradoxo, porque, geralmente, nesses locais, nessas grandes cidades, por terem iniciado a sua vida próximo aos rios ou ao mar – elas estão nos litorais –, é onde há os maiores índices pluviométricos. Mas essas cidades vivem paradoxos, de momentos de seca, e, muitas vezes, as famílias recebendo grandes inundações nas suas casas.

Esse é um paradoxo que nós vamos ter que enfrentar aqui no Brasil. Aqui no Brasil, 12 milhões de pessoas não têm água encanada, nem tratada – 12 milhões de pessoas! Não é simplesmente uma estatística. E 64 milhões de pessoas recebem água de forma precária.

No esgoto, é muito pior: a cada dois brasileiros, um tem o seu esgoto coletado; ou seja, 100 milhões de brasileiros não têm esgoto coletado nas suas casas. E, a cada três brasileiros, Senadora Regina, apenas um tem o seu esgoto tratado.

Esse modelo que nós vivemos hoje é um modelo que faliu. Agora, faliu por quê? Porque é um modelo que cria um *apartheid* social.



Será que são, nesses grandes centros, os bairros mais ricos que não têm esgoto? Não é verdade, na grande maioria dos grandes centros, existe esgoto nos bairros ricos. Muitas vezes, não tem tratamento; existe apenas a coleta.

Segundo o Plano Nacional de Saneamento Básico, 70% das famílias com renda familiar domiciliar de até meio salário mínimo têm déficit de abastecimento de água.

Segundo o Instituto Cata Brasil, nos assentamentos precários, 54% das famílias usam fossas rudimentares, e mais de 32% das famílias fazem com que seus esgotos sejam lançados diretamente nas ruas, nos rios ou no mangue.

Esse é o verdadeiro *apartheid* social!

E muitas vezes vejo muitas pessoas querendo manter o estágio que está hoje, da forma que está hoje! Manter o sistema que está aí vigente e que nos levou a esses números.

Quando um papel guarda o direito, e esse direito é escrito na Constituição e nas suas leis e não chega à população, esse direito não existe. O direito à água e ao esgoto só acontece quando ele sai do papel e chega à torneira das pessoas. Esse direito só acontece quando o esgoto da família é tratado e repomos a água ao meio ambiente da forma como nós a captamos e melhoramos.

É por isso que vamos ter que fazer um debate sobre qual é o papel do Estado.

Que papel o Estado vai ter, para que esse direito realmente aconteça?

Já tivemos diversos debates. Acompanho esses debates do papel do Estado em diversos setores da economia.

Eu me lembro muito bem, Senador José Medeiros, quando estávamos discutindo a questão do transporte público. Todas as grandes cidades tinham uma companhia municipal de transporte público. Quando começou a se fazer a seleção de empresas privadas para realizar os serviços de transporte público, cujo concedente é o Estado, as pessoas diziam: "As empresas não vão passar nos bairros mais longe". Eram pessoas que queriam que as empresas municipais coexistissem, mesmo tendo serviços de baixa qualidade. E avançamos. Hoje as pessoas pegam ônibus, criticam ou elogiam, mas não perguntam a quem pertence o ônibus. O mais importante é se o serviço está sendo benfeito ou não está sendo benfeito.

O mesmo debate tivemos na questão da coleta do lixo. Quantas empresas públicas municipais existiam na coleta do lixo? Dezenas e dezenas. Tivemos o debate. Hoje, os carros de lixo passam na rua, e ninguém quer saber se pertencem à empresa privada ou se pertencem à empresa pública; quer saber se o serviço é benfeito ou se é malfeito.

A mesma coisa se deu com a telefonia, que hoje é um bem essencial para a vida das pessoas. É claro que, quando você pega a qualidade do serviço no Brasil, você vê que ele ainda tem que melhorar, e muito. Muito temos que melhorar na qualidade do serviço, mas chegamos à quase universalização.

Eu me lembro muito bem de quando a gente foi discutir essa temática, dentro dos processos políticos. Quantos diziam: "Ah, quem é que vai colocar orelhão lá no distrito da cidade do interior?" E aí foi colocado nos contratos. Hoje, orelhão é algo do passado. Poucas regiões ainda sobrevivem com orelhão. Grande parte dos brasileiros, a maior parte dos brasileiros tem acesso às telecomunicações, através do seu celular.

Ah, podemos avançar em diversos outros setores. Diversos setores já caminharam nesse debate. O setor de água não consegue fazer esse debate.

Que papel o Estado brasileiro vai ter? Planejar? Sim. Esse é o papel fundamental. Esse é o papel que o Estado tem que ter e que o Senado precisa cobrar do Executivo.



O que é que nós podemos dizer em relação ao planejamento de água e esgoto? Precisamos quebrar um paradigma que é muito claro: setor de água e de esgoto, Senador José Medeiros, não é um setor de construção de obras; é de serviço. Talvez essa seja a maior quebra de paradigma que nós vamos ter que fazer no Estado brasileiro.

Não adianta você colocar bilhões e bilhões de reais em obras que, quando terminam – e se terminam – não têm como ser operadas.

Quantas obras, quantos "esqueletos" de obras se encontram nesse Brasil? Obras que começaram e não terminaram; obras que não saíram do papel; obras que começaram e terminaram, mas não estão em operação. Por quê? Porque o sistema de água e esgoto não é obra: é serviço. E, como serviço, quem opera tem que estar na hora e no momento da sua construção.

Temos também uma outra questão a debater. Toda a nossa base, Senador José Medeiros, do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, é feita pelo Ministério das Cidades, mas é feita de forma voluntária pelos Municípios. Ou seja, uns fazem, outros não fazem... Você não tem a checagem da qualidade daquela informação. Ou seja, toda a base do planejamento do Estado brasileiro, que é feito pelo Snis, é contaminada, porque você não tem uma obrigatoriedade da informação e, por outro lado, você não tem uma auditoria sobre os números. É isso que o Estado precisa fazer; é isso que o Estado precisa colocar transparentemente, para que o debate seja feito no Brasil.

Precisamos avançar no setor de água e esgoto, como avançamos na matriz da produção energética.

Eu me lembro muito bem um grande debate que este Brasil teve, quando foi colocar as primeiras centrais de produção de energia através do óleo combustível. Termelétrica? Não poderia fazer. Foi um debate! Quase impossibilitamos a instalação das termelétricas. Se não fossem aqueles corajosos, lá atrás, que enfrentaram e que peitaram esses movimentos que acendem e depois se escondem, na sociedade, nós estaríamos com um apagão no Brasil, porque são as termelétricas que estão dando o suporte e a base para que nós possamos rodar a produção nacional.

Muitas cidades, hoje, têm energia por causa da termelétrica.

"Ah, mas você é a favor da termelétrica?" Não. Eu sou a favor de uma matriz plural energética, para produzir através da geração eólica, da geração da termelétrica, da geração de combustível, da hidroelétrica, dos ventos, da geração eólica... Então nós temos que fazer...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Senadora... Mais um tempo? Eu queria ainda avançar aqui um pouco mais.

Quero dizer que a gente tem que fazer a mesma coisa. Precisamos avançar na base de produção de água do nosso País. Precisamos ter um sistema e precisamos ter uma lei que alcance o sistema de reuso de água. Nós precisamos entender que vamos ter que reusar a água no nosso País. E vamos ter que fazer incentivos para quem assim o faça.

Nós precisamos fazer com que a tecnologia da dessalinização chegue ao nosso País. Sabem por quê, Senadores? Nós estamos tirando água do Semiárido, das regiões que não têm água, transpondo bacias – como a gente está fazendo hoje, no São Francisco –, matando rios, porque onde está a grande concentração da população? Está em frente ao mar, morrendo de sede, em frente ao mar.



Nós precisamos ampliar essa visão da matriz de produção de água no nosso País. Por isso que precisamos preservar o meio ambiente, mas também precisamos ter uma ideia de promoção do meio ambiente.

Precisamos pagar – pagar – para quem preserva o meio ambiente. Precisamos ter uma política pública de serviços ambientais, porque assim nós vamos produzir água. Quando pagamos para que a floresta fique de pé, nós não precisamos gastar transpondo água de bacias.

Precisamos olhar a transversalidade e o papel da água no desenvolvimento socioambiental e econômico.

Então, temos muita coisa a fazer pelo Estado.

O Estado precisa ter um papel regulador e fiscalizatório em todos os contratos; precisa ver quais são os Municípios que têm contratos de serviço e como estão esses contratos, sejam eles públicos ou privados; precisa ter metas. Essas empresas precisam cumprir as suas metas.

Precisamos cobrar que esses contratos tenham controle social. O Estado precisa estar à frente da fiscalização e da regulação, para que nós possamos avançar nas questões tão importantes para a água e esgoto do nosso País.

Mas precisamos, mais do que isso, que a tarifa seja justa; que a tarifa possa pagar os seus investimentos, cumprir a manutenção de todo o sistema, fazer a operação e olhar para o futuro.

Não existe tarifa justa, Senador José Medeiros, onde a população hoje tem água e não consegue guardar água para o seu futuro, para as futuras gerações. Isso não é uma tarifa sustentável. Isso não é uma tarifa justa.

E, para finalizar, nessa questão de regulação e fiscalização, precisa o Estado proteger as pessoas que não podem pagar. A tarifa social é feita para isso! E, se a pessoa não tem condições de enfrentar os custos individuais ou familiares da tarifa social, nós precisamos pensar, neste País, a questão de subsídios diretos.

Fazemos subsídios para muitas coisas... Por que não fazer subsídio direto para quem não tem condições de pagar a tarifa de água e esgoto?

O Estado e principalmente os prefeitos precisam entender que a água e o esgoto são um ativo, um ativo para diminuir as desigualdades sociais.

Precisamos de vez acabar com que outorgas pagas sejam usadas para fora do sistema de água, como se tentou na privatização da Cedae. Eram recursos para cobrir rombo de pessoal, para cobrir rombo da falta de gestão do governo do Estado, para cobrir rombo de desgoverno.

Então, nós precisamos que o recorte, que os recursos advindos do saneamento permaneçam no saneamento. Precisamos fazer com que o Estado entenda que ele pode fazer diretamente o serviço.

Mas precisamos também sair um pouco desse debate maniqueísta. No setor de saneamento não existe privatização – não existe.

Todas as instalações que são do setor de saneamento de água e esgoto pertencem ao Estado, inclusive aquelas realizadas por empresas privadas.

Então, é um desserviço quando as pessoas querem confundir o poder concedente do Município com a privatização. É um uso maniqueísta, para tentar encobrir interesses corporativistas, para tentar encobrir todas essas desigualdades sociais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... que só estão aumentando durante esses últimos anos.



É claro, Senadores, que nós temos questões muito grandes ainda a debater sobre esse fato, mas quero aqui destacar que o fórum de água, o Fórum Mundial da Água, é esse local para que nós possamos, devidamente, criar laços, criar ambiência, possibilidades de um diálogo que não seja só local, Senadora Regina, para que os países se encontrem, já que temos, aí, rios que ultrapassam países, rios que ultrapassam Estados, rios que ultrapassam Municípios.

O saneamento básico dos setores de infraestrutura é, sem sombra de dúvida, o que deveria ter maior carinho por todos que trabalham nesses setores. O setor de infraestrutura é o que mais traduz a palavra desenvolvimento sustentável: ele é social, porque a água é fundamental para matar a sede; ele é ambiental, porque faz a água voltar ao seu estado natural, ao seu estado primário, para que possa ser devolvida à sociedade; e ela tem uma dimensão também energética, não só na questão da produção da energia através da água, mas também da transformação do lixo se a gente for, também, ter um olhar mais amplo.

Eu quero finalizar, Senador José Medeiros, o senhor que gosta muito de histórias... Já finalizando, vou contar essa história para o senhor e para a Senadora Regina: eu estava almoçando, lá em Salvador, e, terminado o almoço, começou a chover, e o meu carro estava um pouco longe, e eu estava sem guarda-chuva. E aí, o garçom se aproximou, e eu, com pressa de sair, mas não tinha como sair, pela quantidade de água que estava descendo – muita chuva –, e ele disse: "Oi, tudo bom?" E começamos a conversar, e ele disse: "Poxa, que coisa bonita essa chuva, né?" Eu disse: "É, muito bonita". Aí, ele disse: "Poxa, eu fico imaginando, lá, na minha cidade de Irará, se essa chuva estivesse lá". Irará é a cidade do cantor Tom Zé, lá no interior da Bahia.

Aí, eu disse: "É?" Ele disse: "É, eu fico pensando a alegria que seria se chegasse lá essa chuva". Eu, aí, parei, porque era um contraponto: a minha vontade de ir, e a chuva estava, naquele momento, me atrapalhando. E, aí, eu tive que parar, Senadora Regina, para ouvi-lo. Aí, eu disse: "Poxa, e como é que está Irará?" Ele disse: "Está bem..."

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – ... A gente tem uma terrinha lá". E ele disse: "É, meu pai tinha uma terrinha lá..." Eu disse: "O senhor vendeu?" Ele disse: "Não, não... O meu pai faleceu. Quem toma conta, lá, da nossa rocinha, é minha mãe, e meu pai, um homem de visão – o que ele disse, Senador José Medeiros –, vendeu lá uns bodinhos, umas cabrinhas que tinha, e fez uma cisterna grande, lá, cisterna de 30 mil litros. Eu disse: "É mesmo? E é sua mãe que toma conta lá?". "É. Minha mãe toma conta lá. Inclusive, doutor, semana passada estive lá e ela chegou para mim e disse assim: 'Deixe-me lhe apresentar o meu namorado'. Eu vi aquele rapaz mais novo do que eu querendo namorar minha mãe... Quando ele saiu eu disse a ela: 'Minha mãe, tome cuidado, porque ele não quer a senhora, não. Ele está de olho na nossa cisterna'."

Ou seja, isso parece uma brincadeira.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Uma cisterna tem um significado ou uma significância – que é o significado com importância – para as pessoas da nossa região de um patrimônio familiar. Ela é um patrimônio; talvez valha mais do que a própria casa, do que a produção que ele tem. A cisterna é para ele o patrimônio que o pai legou-lhe.



Eu quero terminar isso aqui para que a gente entenda que muitas vezes a luta precisa existir, mas ela tem que ser baseada em fatos, em realidades. Claro que todos nós temos uma visão de mundo, mas a gente tem que ter muito cuidado em verificar se a nossa visão de mundo não vai prejudicar as gerações futuras. E a água e o saneamento precisam ser avaliados com essa visão de médio e de longo prazo.

Então, queria agradecer à Senadora Regina pela oportunidade e pela paciência, agradecer aos Senadores, ao Senador José Medeiros, e dizer que o futuro do Brasil passa pela capacidade que ele tem de fazer a gestão perfeita dos seus maiores recursos naturais, que são as suas florestas e os seus rios.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Roberto Muniz. Parabéns pelo seu discurso! Prolonguei bastante o seu tempo porque acho que o tema é bem pertinente. Nós estamos vivendo aqui o Fórum Mundial da Água, e amanhã certamente o senhor fará uma fala bonita lá.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - BA) – Isso!

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Parlamentares de todos os países estarão presentes discutindo também esse tema.

Eu acho que a questão da gestão das águas, inclusive da água das chuvas... Incomoda-me muito o fato de a gente desperdiçar tanta água boa, pois a água das chuvas é uma água boa. Com uma cisterna de 52 mil litros, a pessoa cultiva meio hectare de terra – consome essa água, cria alguns animaizinhos e ainda cultiva meio hectare de terra. E não é tão caro, pois custa R\$8 mil uma cisterna de 52 mil litros. Mas eu fui ver o Orçamento da União e não há dinheiro para cisternas. Há algumas emendas ali que o pessoal botou para cisternas.

Então, acho que a gente terá um bom debate amanhã. E pode ser que saia alguma coisa desse fórum para aqueles que estão bebendo água de carro-pipa. Eu gosto sempre de dizer que é água suja, porque às vezes o pipeiro não acha a água e leva do primeiro lugar em que encontra uma água mais ou menos para ser filtrada ou fervida, para poder servir para beber. Então, eu acho que a gente tem que pensar nisso também.

Obrigada, Senador Roberto.

Com a palavra o Senador José Medeiros, que é o aniversariante do dia hoje, minha gente! Deve haver festa hoje à noite, na casa dele.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Eu também me congratulo com V. Ex^a por parabenizar o Sr. Senador Roberto Muniz pelo brilhante discurso e pelo alerta que faz aqui ao Senado Federal e a todo o Brasil.

Sr^a Presidente, eu queria trazer, antes da minha fala, um voto de pesar, porque, na cidade de Rondonópolis, na sexta-feira, por volta das 19h, faleceu Sidney Muniz. E por que faço esse registro aqui? Sidney Muniz, um baiano de uma família tradicional da política brasileira, nunca se candidatou, mas, talvez, fosse o mais político de toda a família. Ele era daqueles que gostava de fazer o debate na esquina, na porta da escola, no boteco e era antenado sobre todos os fatos da política brasileira. Eu diria que era uma espécie de Ariano Suassuna da política, uma pessoa extraordinária, uma mente – e não é porque faleceu – muito privilegiada, muito inteligente. Realmente, vai fazer muita falta à política de Mato Grosso pelo debate que fazia. Eu o chamava



de Gregório de Matos porque tinha, realmente, um discurso felino e não poupava adversários ou aliados. Ele, realmente, era muito fiel às suas convicções. Deixa uma lacuna muito grande no debate político de Rondonópolis.

Filho de uma família que foi da Bahia para Mato Grosso na década de 60, do Sr. Otaviano Muniz e da D. Dinalva. Eram seus irmãos: Percival Muniz, que foi Deputado Federal; África Muniz, também militante da política; Andrea. De forma que, com certeza, a família está condoída pela falta que Sidney fará. Então, queria deixar minha homenagem. Não poderia deixar de fazer esse registro aqui.

Ele, ultimamente, andava bravo comigo, Senadora Regina, porque ele era um entusiasta defensor de Lula, e, como eu faço sempre meus pronunciamentos aqui e tínhamos posições políticas opostas, sempre que eu ia a Rondonópolis, nós tínhamos um bom debate político. Mas era uma pessoa maravilhosa, que realmente vai deixar muita saudade. Então, Sidney, descanse em paz! Queria deixar aqui, nos *Anais* do Senado, esta homenagem, porque você merece.

Senadora Regina, eu não poderia deixar de, mais uma vez, vir aqui à tribuna para falar sobre a infraestrutura do Estado de Mato Grosso. Quase uma vez por mês, os moradores da cidade de Lucas do Rio Verde estão indo para cima da BR-163 para protestar pelo fato de estarem pagando pedágio, e as obras de duplicação estarem paradas. E estão paradas por quê? Porque o BNDES, por uma questão de *compliance*, não libera o dinheiro para fazer a duplicação da rodovia, conforme acordado em edital. E, por outro lado também, a medida provisória que estava sendo votada, a Medida Provisória 800, que ia fazer o aditamento, o prolongamento desses contratos de concessões, caducou; agora depende também de uma nova medida provisória para que esse imbróglio jurídico possa se desenrolar.

Esse novelo acabou de se complicar mais porque a empresa Rota do Oeste, que é a concessionária da BR-163, é uma empresa de fim específico criada pela Odebrecht para tratar daquele negócio, mas, com o advento da Lava Jato, ela não pôde mais fazer a captação de recurso. Não é que não pôde: é que todos os órgãos ficam com medo de mandar o dinheiro.

E, na verdade, quem está perdendo não é Odebrecht; quem está perdendo não é o Sr. Marcelo; quem está perdendo não é ninguém; é o povo de Mato Grosso, que continua morrendo um atrás do outro. A BR-163, em média, por ano, mata 280 brasileiros. É uma Boate Kiss todo ano. Como se não bastasse os prejuízos com essas vidas, tem muito mais: quase o dobro de pessoas ficam mutiladas e se tornam deficientes. E aí vêm os gastos, vem tudo. É por isso que os mato-grossenses já estão muito revoltados.

Só mais um dado: houve um estudo feito sobre as rodovias de Mato Grosso e, na lista das rodovias regulares do Estado, estão as MT-243, BR-158, MT-343, BR-070, MT-407, BR-163, BR-174, BR-242 e BR-364. Mas o interessante é que, nas regulares, todos os quesitos foram considerados péssimo – o estado geral do pavimento, a sinalização e a geometria. Ou seja, das regulares, o pavimento está péssimo. Então, a revolta não é à toa. Eu cotidianamente tenho vindo falar aqui, porque nós precisamos urgentemente da sensibilidade do BNDES.

Estive diversas vezes com o Presidente do BNDES, Dr. Paulo Rabello de Castro. É preciso que o BNDES, por todos os princípios que regem aquele banco, possa ter um viés que seja, por menor que seja, o S de social. Não estou falando nem do desenvolvimento, apesar de que a BR-163 tem tudo a ver com o desenvolvimento, porque é pela 163 que se desloca e se escoa toda a safra do Estado de Mato Grosso. Estou falando pelo social por causa das vidas que ali se perdem.



Então, Dr. Paulo Rabello de Castro, fazemos aqui, mais de uma vez, esse pedido. No ano passado tivemos tantas reuniões com V. Ex^a! Era para ter ficado essa decisão para fevereiro, e já estamos em março. Aí eu me lembro da música de Luiz Gonzaga:

Apela pra março
Que é o mês preferido
Do santo querido
Senhor São José.

Então, esperamos, para março, que V. Ex^a possa olhar com olhar de misericórdia para esse Estado pelo qual V. Ex^a tem tanto carinho.

Dito isso, Sr^a Presidente, eu gostaria de ressaltar, na mesma linha da BR-163, sobre o trevo da BR-163 com a BR-164, na cidade de Rondonópolis. Ali próximo está o maior terminal ferroviário de carga da América Latina. São milhares de carretas por dia e as duas rodovias desembocam naquele trevo. Aí é engarrafamento todos os dias. É um tormento. A população já não aguenta mais.

É preciso que aquilo ali se desenrole. Era para se desenrolar em seis meses. Passou um ano, passaram dois anos – já são quase três anos –, e as pessoas não aguentam mais tanto esperar.

Então, é esse o apelo que faço sobre a questão da infraestrutura no Estado de Mato Grosso. E, fazendo um *link* com o discurso do Senador Roberto Muniz, posso também a falar sobre infraestrutura, mas em outra linha. Trata-se da questão do esgoto, Senadora Presidente Regina.

Nós temos, em Mato Grosso, uma das grandes belezas, uma das grandes riquezas da humanidade, que é o bioma do Pantanal. Ali existe uma bacia hidrográfica muito grande, e, em volta dessa bacia, nós temos em torno de 58 Municípios. Em boa parte deles, existe captação de esgoto, mas não existe tratamento. Esse esgoto é lançado *in natura* dentro dos rios que compõem a Bacia do Pantanal. Portanto, nós estamos matando esses rios e nós estamos contaminando, transformando o Pantanal Mato-Grossense numa fossa séptica, numa fossa a céu aberto.

Agora, neste momento em que vamos tratar do Fórum Mundial da Água, é importante sabermos que estamos contaminando um dos maiores reservatórios de água doce do mundo, que é o Pantanal, Senadora Regina. Isso é muito grave. Nós precisamos mudar essa política. Nós precisamos que aqueles Municípios passem a ter tratamento de esgoto.

Cito aqui a cidade de Cáceres, que é a joia do Pantanal, a joia de Mato Grosso. No Rio Paraguai, que passa ali do lado, há aqueles catamarãs, aqueles barcos lindos. Certo dia, almoçando num desses barcos – há vários restaurantes nesses barcos –, eu vi uma manilha de um metro de diâmetro e perguntei para alguém: "Aquilo lá é água pluvial? O que é aquilo lá?" E me disseram: "Não, aquilo lá é esgoto." Eu falei: "Como?" "É esgoto". Em Cáceres não há estação de tratamento. Pasmem! Na cidade de Cáceres, uma das cidades mais antigas do Brasil, não há estação de tratamento. Fui tentar ver o porquê. "Olha, é porque a cidade é extremamente plana, precisa de elevatórias, e isso custa em torno de R\$50 milhões, R\$60 milhões." Eu falei: "Mas, meu Deus do céu, Senadora Regina, o que são R\$60 milhões perante o que representa o Pantanal para o Brasil e para o mundo?" Nós precisamos olhar para Cáceres, nós precisamos olhar para o Pantanal Mato-Grossense.

Então, esse debate eu vou sempre fazer aqui para lembrar aos nossos órgãos que, enquanto nós não percebermos que essas riquezas não são infinitas e que podem se destruir em pouco tempo, nós vamos começar a ter surpresas, como, por exemplo, racionamento de água em plena



Capital Federal, racionamento de água em São Paulo, racionamento de água no Amazonas, em Mato Grosso.

Por incrível que pareça, Mato Grosso, banhado por vários rios... Cito aqui a cidade de Pontal do Araguaia, por onde passa o Rio Araguaia de um lado e o Rio Garças de outro. Há poucos dias, o Vereador Claudio me ligou e disse: "Senador, Pontal de Araguaia está sem água." É óbvio que era também por falta de uma estação de captação de água, mas precisamos tratar desses temas aqui.

Então, eu queria trazer justamente essa preocupação, porque, neste momento em que tratamos aqui do Fórum Mundial da Água, eu quero colocar Mato Grosso como ponta de lança, como prioridade nessa preocupação, porque o Pantanal é extremamente importante para Mato Grosso e para o Brasil.

E aí, caminhando já para o final, Senadora Regina, eu queria deixar outro registro aqui, não menos preocupante, sobre o Município de Nobres, que sempre comento aqui.

Nobres é uma cidade que eu aconselho que, se possível, todo brasileiro que tiver oportunidade de visitar, que a visite. Nobres é ali na mesma linha de Bonito, só que eu digo que é mais lindo.

Bonito é bonito, no Mato Grosso do Sul, mas Nobres é lindo! Lógico, estou puxando a sardinha por que é do meu Estado. Mas o que acontece naquela região? É aí que chamo a atenção aqui, porque, neste momento, no qual estão se fazendo várias regularizações fundiárias, é importantíssimo fazermos a regularização fundiária na região de Nobres.

Por que eu digo isso, Senadora Regina? Porque é o manancial das águas mais lindas que se têm no Brasil. São águas transparentes. Ali você vê os peixes, cavernas de águas azuis. É um paraíso. Mas o que ocorre? Toda a área naquela região não está regularizada e isso é um perigo para aquele paraíso. Sem falar que é um prejuízo imenso por que, no momento em que você não tem regularização, você não tem investimentos no turismo, você não tem pessoas preocupadas em investir, porque eles não têm segurança jurídica.

Então, nós precisamos de segurança jurídica naquela região, nós precisamos desenvolver aquela região e desenvolver com sustentabilidade para que a gente possa ter o meio ambiente ali preservado.

A gente vê o que Mato Grosso do Sul arrecada com a indústria do turismo. Bonito é famoso mundialmente. Nós precisamos também fazer a mesma coisa com Nobres.

Então, eu quero deixar esse alerta aqui porque Mato Grosso tem uma verdadeira riqueza, uma indústria em potencial para transformar em riquezas para aquele Estado, baías imensas. Cito aqui a Baía de Chacororé, em Barão de Melgaço, mas que já está, Senadora Regina... Não é raro encontrar garrafa PET em plena Baía do Chacororé, por quê? Porque vêm lá do Rio Cuiabá, onde esgotos são jogados e tudo mais. Não combinam capivaras, jacarés, tuiuiús e araras com sofás e geladeiras velhas sendo jogadas dentro da Baía de Chacororé. Barão do Melgaço é um paraíso, uma coisa linda, mas nos entristece ver que as coisas não caminham bem quando se trata do cuidado com o meio ambiente naquele paraíso. Precisamos de políticas, realmente, que possam ser efetivas.

Esses dias, conversando com um amigo, ele me pediu: "Medeiros, o Ibama é muito importante, gostaria que você não criticasse mais o Ibama". Então, falei: "Não vou mais criticar o Ibama, eu vou sugerir". Eu vou sugerir que o Ibama possa se preocupar com esses temas também. É importante se preocupar com aquelas rodovias que vão ser construídas, é importante se preocupar com a licença da rodovia tal, é importante se preocupar com o equipamento tal que



está sendo usado para abrir a rodovia. É preciso essa preocupação, mas é muito importante se preocupar com o lixo que está indo para dentro do Pantanal, com o esgoto que está indo para dentro dos nossos rios. É muito importante se preocupar com as nascentes dos nossos rios que estão morrendo. Essa é uma preocupação muito meritória e muito importante. Dito isso, eu quero fazer um convite aqui ao Ministro do Meio Ambiente, Zequinha Sarney: dia 20 de abril, nós vamos ter, em Juruena, uma reunião para tratar de temas ambientais no Estado de Mato Grosso. Vou mandar o convite oficialmente. Gostaria muito que o Ministro pudesse estar presente para tratarmos de tema sobre o meio ambiente em Mato Grosso.

Dito isso, Senadora Regina, agradeço pela lembrança do aniversário. Dizem que, depois dos 40, não é mais parabéns, dizem que é solidariedade, mas agradeço muito pelos parabéns.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Medeiros.

Parabéns pelo discurso e a preocupação com o meio ambiente, mas eu digo sempre, Senador: eduque as crianças e a gente vai ter um ambiente no futuro preservado, porque criança aprende. Adulto se policia, mas comete as maiores barbaridades achando que não vai acontecer com ele, não acredita que o rio vai secar, vai morrer. Agora, se você ensinar para as crianças, elas aprendem e aí não vão fazer mais.

Não havendo mais nenhum orador inscrito, declaro encerrada esta sessão.

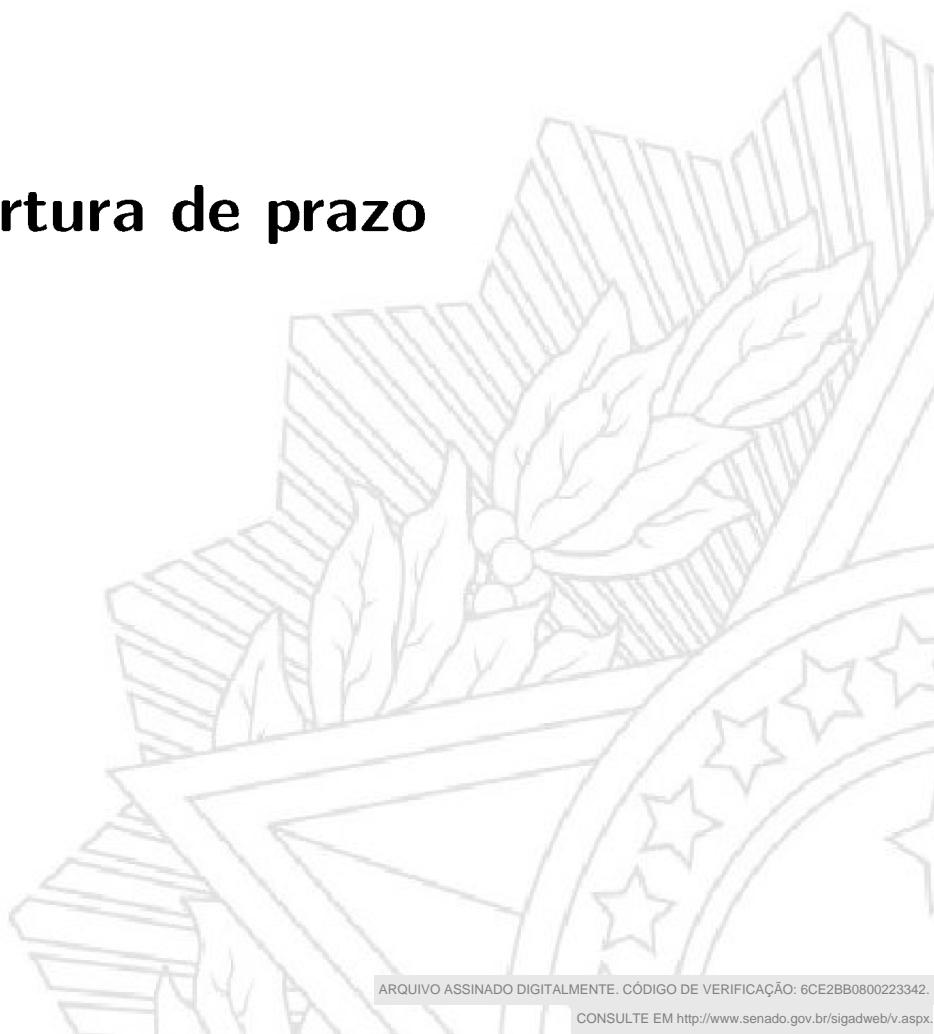
(Levanta-se a sessão às 16 horas e 45 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 29^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazo



Recebido o Memorando nº 11, de 2018, da CTFC, comunicando a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 48 de 2018, em caráter terminativo.

Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

É o seguinte o Memorando:



**SENADO FEDERAL**

Comissão de Transparência, Governança,
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Memo. nº 11/2018/CTFC

Brasília, 14 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Assunto: Decisão terminativa – PLS nº 48, de 2018

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, na 3ª Reunião Extraordinária de, 14/03/2018, aprovou com duas emendas, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2018, de autoria do Senador Roberto Muniz, que “Acresce o artigo 41-A na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para definir novas hipóteses de práticas abusivas através de telemarketing ativo”.

Respeitosamente,

Senador Ataídes Oliveira
Presidente da Comissão de Transparência, Governança,
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor



Comunicações



**SENADO FEDERAL**

Comissão de Transparência, Governança,
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Memo. nº 7/2018/CTFC

Brasília, 8 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Assunto: Arquivamento do MSF 58/2017.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que foi dado o conhecimento do MSF 58/2017 aos membros da CTFC na reunião do dia 28 de fevereiro de 2018. Não tendo havido manifestação de interesse pela relatoria da matéria, determino o seu arquivamento.

Respeitosamente,

Senador Ataídes Oliveira
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização
e Controle e Defesa do Consumidor



Memorandos nºs 8 e 9, de 2018, da CTFC, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão do inteiro teor dos Avisos nºs 39 e 40, de 2017, e recomendando o arquivamento das matérias.

As matérias vão ao Arquivo.



**SENADO FEDERAL**

Comissão de Transparência, Governança,
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Memo. nº 8/2018/CTFC

Brasília, 8 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Assunto: Arquivamento do AVS 39/2017.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que foi dado o conhecimento do AVS 39/2017 aos membros da CTFC na reunião do dia 28 de fevereiro de 2018. Não tendo havido manifestação de interesse pela relatoria da matéria, determino o seu arquivamento.

Respeitosamente,

Senador Ataídes Oliveira
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização
e Controle e Defesa do Consumidor



**SENADO FEDERAL**

Comissão de Transparência, Governança,
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Memo. nº 9/2018/CTFC

Brasília, 8 de março de 2018.

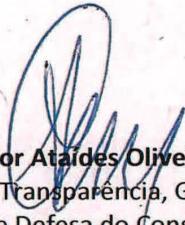
A Sua Excelência o Senhor
SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Assunto: Arquivamento do AVS 40/2017.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que foi dado o conhecimento do AVS 40/2017 aos membros da CTFC na reunião do dia 28 de fevereiro de 2018. Não tendo havido manifestação de interesse pela relatoria da matéria, determino o seu arquivamento.

Respeitosamente,


Senador Ataídes Oliveira
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização
e Controle e Defesa do Consumidor



**SENADO FEDERAL**

Comissão de Transparência, Governança,
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Memo. nº 10/2018/CTFC

Brasília, 8 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Assunto: Arquivamento do MSF 71/2017.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo que foi dado o conhecimento do MSF 71/2017 aos membros da CTFC na reunião do dia 28 de fevereiro de 2018. Não tendo havido manifestação de interesse pela relatoria da matéria, determino o seu arquivamento.

Respeitosamente,

Senador Ataídes Oliveira
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização
e Controle e Defesa do Consumidor



Discursos encaminhados à publicação



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero registrar aqui correspondência recebida da senhora Clesi Madonna sobre aposentadoria por invalidez.

Diz a correspondência: “Boa tarde Senador Paim.

Desculpe por importuná-lo, mas quero pedir sua ajuda para denunciar esse famigerado PENTE-FINO DOS APOSENTADOS POR INVALIDEZ.

Estamos sendo tratados como animais, pior que isso, como lixo, como bandidos, como judeus assassinados por nazistas apenas por serem judeus!

Estão cortando simplesmente todo e qualquer tipo de aposentadoria por invalidez.

A 'PERÍCIA' é só uma formalidade, pois não somos avaliados, nossos relatórios e exames, receitas e remédios são mal vistos.

Existem pessoas em cadeiras de rodas, com graves problemas que permanecem ao longo dos anos que estão sendo constrangidas e humilhadas.

Ao serem periciadas as pessoas já sabem que o resultado vai ser o corte de seu já miserável benefício.

O INSS quer fazer economia cortando de nós essa míngua que precisamos para sobreviver.

Não temos como no defender.

Fazer o que? Pergunta a dona Clesi...

Ir na Delegacia fazer B.O.?

Procons não nos aceitam, advogados querem dinheiro e isso não é garantia de êxito até o final da ação as dívidas se acumulam.

Ficar sem o benefício é como uma casa com 10 pessoas que se vê os gastos aumentando com água e luz.

Ao invés de se tomar medidas para ver o que acontece, se pode haver alguma manutenção que reduza isso, não, o que se faz: manda-se 8 pessoas embora da casa para economizar!!!! É um absurdo!!!!

Sem contar que os peritos estão recebendo mais bônus para exercerem seu já bem pago trabalho e nos prejudicar!

E o nosso direito constitucional de ISONOMIA (se o INSS só dá o prazo de 10 anos para nós pedirmos revisão do benefício, o mesmo prazo deve valer para sermos convocados para perícia, após 10 anos se o INSS não convocou, não pode convocar mais) e a lei que diz que "aposentadoria é um direito adquirido e não pode ser suspenso ou cortado", vale mais que uma instrução ou norma do INSS.

Continua ela: Caro Senador, quem pode ajudar a denunciar essa situação vexatória que estamos passando, injusta e cruel a que estamos sendo submetidos: Ela encerra dizendo “por favor nos socorra”.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, faço uma saudação especial ao Procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná, Cândido Furtado Maia Neto, pela brilhante contribuição jurídica referente à reforma da Previdência.

Recebi esta correspondência na semana passada.

Na verdade, a arrecadação da Previdência Social é superior as despesas com o pagamento de aposentadorias.



Se existe déficit no caixa da Previdência, a causa é gerada por desvios de verbas e descontrole no rigor da correta aplicação de lei quanto à arrecadação de taxas, impostos e contribuições destinadas à Previdência.

Não se pode falar apenas no recolhimento mensal obrigatório das partes laborais, trabalhadores e empregadores.

Grandes empresas privadas e muitas delas instituições do próprio governo deixam de recolher suas parcelas de contribuição, são devedoras; exemplos: Banco do Brasil, Friboi, Vasp, Transbrasil, diversos institutos educacionais, etc.

O total da dívida supera 400 bilhões de reais que deveriam estar no fundo de reserva da Previdência.

A Previdência tem como receita os recursos atrelados aos orçamentos da União, Estados, Distrito Federal e municípios, através dos valores do COFINS, INSS, PIS-PASEP, a renda das extrações dos concursos semanais de vários prognósticos (loterias), sem olvidar a DRU (Desvinculação das Receitas da União, criada desde 1994 – denominado Fundo Social de Emergência), e outras contribuições que financiam e mantêm o caixa da Previdência.

Por sua vez, o governo federal desvinculou a DRU do Orçamento da previdência para emitir títulos e pagar juros da Dívida Pública (hoje, mais de 35 bilhões de reais).

A Emenda Constitucional nº 93/2016 prorrogou a chamada DRU e retira 30% de toda a receita de contribuições à Seguridade Social (Saúde, Assistência e Previdência), até 2023.

De outro lado, a Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do tribunal de Contas da União (Sindilegis), a CPI da Previdência que investigou as contas do sistema, e a professora Maria Lúcia Fattorelli – auditora fiscal aposentada da Receita Federal do Brasil e coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, comprovam categoricamente que o déficit da Previdência é uma grande farsa, manipulada politicamente com dados que indicam cálculos forçados e irreais.

Se esta for a verdade, incumbe ao Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Estados, o dever de esclarecer à sociedade brasileira tal contradição, em face da titularidade da ação penal pública (princípio da obrigatoriedade), posto que se há discurso dissimulado, este figura a prática de crime de estelionato.

O sr. Presidente da República, o Ministro da Fazenda e seus subordinados, precisam demonstrar objetiva e documentalmente o déficit da Previdência, em nome dos princípios da moralidade e da publicidade, e transparência pública.

O princípio da legalidade impõe que o Ministério Público requisite toda a documentação necessária para proceder uma Auditoria Ministerial independente (extrajudicial) e de uma vez por todas esclarecer a verdade à população sobre o déficit ou não da previdência.

E na hipótese de não haver déficit nas contas da Previdência nas contas da Previdência quanto ao débito e crédito, definitivamente resta comprovada fraude, cabendo denúncia-crime contra o Presidente da República junto ao STF.

Ademais, o Ministério Público por intermédio do Exmo. Procurador-Geral da República em litisconsórcio ativo com o Colégio de Procuradores de Justiça dos Estados, poderá interpor ação direta de constitucionalidade (Lei nº 9.869/99) e/ou mandado de segurança com medida liminar contra a tramitação da PEC 287/2017 (ato normativo pretendido que lesa a sociedade), perante o STF.



Por sua vez, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, a Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do tribunal de Contas da União, também podem propor ação ante o Pretório Excelso, com a mesma finalidade; sem olvidarmos do concurso postulatório da OAB.

Ressaltamos que se trata de questão nacional que envolve toda a cidadania, não apenas assunto de interesse exclusivo da União ou do governo federal, pois todos os brasileiros sem distinção poderão ser vítimas de um hediondo estelionato que atenta contra os direitos humanos sociais referentes às garantias fundamentais constitucionais do trabalho, salário, contribuição, lazer e Previdência Social.

Estamos falando de uma questão de régia importância jurídica e social, que o Ministério Público não deve e não pode ficar alheio, isto é, deixar acontecer, porque na hipótese de prevaricação ministerial, o Procurador-Geral da República e os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados estarão sujeitos ao processo de impeachment, como reza o artigo 40 da Lei nº 1.79/50.

Os membros do Ministério Público possuem como missão promover e procurar a verdade, em prol do prestígio da Justiça dos Direitos Humanos, sempre na tutela dos interesses sociais indisponíveis, contra o ardil e artifício político dos corruptos.

Era o que tinha a dizer.



Ofícios da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 6/2018/PS-GSE

Brasília, 15 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, com a emenda do Senado Federal, o Projeto de Lei nº 1.300, de 2003, da Câmara dos Deputados (PLC nº 73/2008), que “Institui o Dia Nacional do Desafio”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 14.03.18.

Atenciosamente,

Deputado GIACOBO
Primeiro-Secretário

Recebido em 15 / 3 / 18
Hora: 14 : 42

Carolina Monteiro Duarte Mourão
Matrícula: 231013 SLSF/SGM





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 13/2018/PS-GSE

Brasília, 15 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de PL à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, com exceção da ementa e dos *caputs* dos artigos nºs 1º, 4º, 6º, 7º e 8º, o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.332, de 2015, da Câmara dos Deputados (PLC nº 77/2016), que “Regulamenta as profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 14.03.18.

Atenciosamente,

Deputado GIACOBO
Primeiro-Secretário

Recebido em 15 / 3 / 18
Hora: 14 : 42

Carolina Monteiro Duarte Mourão
Matrícula: 231013 SLSF/SGM



Parecer





SENADO FEDERAL

PARECER Nº 37, DE 2018 - PLEN/SF

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Proposta de Fiscalização e Controle nº4, de 2015, que visa avaliar a regularidade do Termo de Contrato nº 83/2014, celebrado em 26/12/2014, entre o Ministério Público Federal e a empresa Oficina da Palavra Ltda.

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar
RELATOR: Senador Ivo Cassol

14 de Julho de 2015



PARECER N° , DE 2015


SF/15939/84568-84

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a Proposta de Fiscalização e Controle nº 4, de 2015, que visa avaliar a regularidade do Termo de Contrato nº 83/2014, celebrado em 26/12/2014 entre o Ministério Público Federal e a empresa Oficina da Palavra Ltda.

Relator: Senador Ivo Cassol

1 RELATÓRIO

O Senador Fernando Collor, com amparo nos artigos 102-A e 102-B, inciso I e parágrafo único, do Regimento Interno do Sendo Federal, encaminhou a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) proposta de fiscalização e controle com o objetivo de averiguar a regularidade na celebração do Termo de Contrato nº 83/2014, pactuado em 26 de dezembro de 2014 entre o Ministério Público Federal (MPF) e a empresa Oficina da Palavra Ltda.

Conforme informa a proposição, a mencionada avença foi celebrada por inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, inciso II¹, c/c art. 13, inciso III², da Lei nº 8.666/93, e tem por objeto a implantação de mecanismo de governança interna com o intuito de melhorar o diálogo entre o Gabinete do Procurador-Geral da

¹ Lei nº 8.666/93: Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

² Lei nº 8.666/93: Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

III - assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)



República, a alta administração, os membros e servidores do MPF. O ajuste previu que os serviços seriam prestados em 180 dias, ao custo total de R\$ 605.996,32 (seiscentos e cinco mil, novecentos e noventa e seis reais e trinta e dois centavos).

De acordo com o dispositivo legal invocado pelo MPF para a realização da contratação, a inexigibilidade de licitação decorreria da “inviabilidade de competição” e estaria condicionada à “natureza singular do serviço” e à “notória especialização” da empresa ou profissional contratado.

Ocorre que, em 29 de outubro de 2014, ou seja, 2 meses antes da celebração do Termo de Contrato nº 83/2014, o próprio MPF, por intermédio da Procuradoria da República em Mato Grosso, havia convertido o Procedimento Preparatório nº 1.20.000.000293/2014-91 no Inquérito Civil Público de mesmo número para apurar “irregularidades envolvidas na inexigibilidade de licitação” na contratação da mesma empresa Oficina da Palavra Ltda. pela Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo, com vistas à prestação de serviços de consultoria.

Não bastasse essa aparente contradição entre a atuação finalística e administrativa do órgão federal, informa a proposta de fiscalização que o Diretor Executivo da Oficina da Palavra foi, posteriormente, contratado como Secretário de Comunicação Social do MPF. Trata-se do Sr. Raul Pilati Rodrigues, cuja nomeação foi publicada no Diário Oficial da União do dia 4 de fevereiro de 2015.

Ante tais fatos, no exercício das competências desta CMA referentes à fiscalização e controle do uso e aplicação de recursos públicos, o Senador Fernando Collor propõe que os fatos apresentados sejam apurados pelo Colegiado. Nesse sentido, para subsidiar os trabalhos da Comissão, propõe preliminarmente a requisição de realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União, com enfoque na regularidade dos processos de inexigibilidade de licitação e nos possíveis prejuízos suportados pelos cofres públicos em razão dessa contratação.

2 ANÁLISE

SF/15939/84568-84
SF/15939/84568-84



De acordo com a Constituição Federal de 1988, cabe ao Congresso Nacional o desempenho da atividade de controle externo da administração pública federal. Nesse sentido, o art. 70 da Carta Magna estabelece ser de competência do Parlamento a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Para o desempenho da atividade de controle externo, o Congresso Nacional conta com o auxílio de um órgão especializado em matéria fiscalizatória. Trata-se do Tribunal de Contas da União, a quem cabe realizar, por iniciativa própria ou por provocação da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou de suas comissões técnicas ou de inquérito, auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição.

Demarcada essa competência constitucional, cumpre destacar que, no âmbito do Senado Federal, a atividade de fiscalização e controle foi atribuída precipuamente à CMA, nos termos dos artigos 102-A e 102-B do Regimento Interno da Casa. Nesse particular, vale transcrever os seguintes dispositivos regimentais:

Art. 102-A. À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, além da aplicação, no que couber, do disposto no art. 90 e sem prejuízo das atribuições das demais comissões, compete:

I - exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, podendo, para esse fim:

(...)

d) avaliar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo poder público federal, notadamente quando houver indícios de perda, extravio ou irregularidade de qualquer natureza de que resulte prejuízo ao Erário;

e) providenciar a efetivação de perícias, bem como solicitar ao Tribunal de Contas da União que realize inspeções ou auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas da União e demais entidades referidas na alínea d;

SF/15939/84568-84
SF/15939/84568-84



É de se notar que a literalidade do inciso I acima descrito parece restringir a atuação da CMA, nas esferas de fiscalização e controle, apenas aos atos emanados do Poder Executivo. Ou seja, o dispositivo, em uma interpretação literal, afastaria da competência fiscalizatória desta Casa Legislativa os atos praticados no âmbito do Poder Judiciário, do Ministério Público e do próprio TCU.

Ocorre, como é do conhecimento de todos, que, muito embora a prática de atos executivos, ou atos de gestão, seja função típica do Poder Executivo, os mesmos também são praticados, como função atípica, pelos órgãos dos demais Poderes da República, quando no exercício de suas funções administrativas.

Por essa razão, aliás, a Constituição Federal autoriza que o TCU, órgão auxiliar do Congresso Nacional na atividade de controle externo, realize fiscalizações “nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.” Percebe-se, pois, que o controle externo da administração pública alcança os atos de gestão praticados no âmbito dos três Poderes, ficando fora de seu alcance apenas os atos praticados em decorrência das funções típicas dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Ora, diante dessa amplitude conferida pela Constituição Federal ao controle externo da administração pública - o qual, repita-se, é de titularidade do Congresso Nacional -, afigura-se contraditório que o Regimento Interno do Senado Federal limite a atuação desta Casa em sua atuação fiscalizatória apenas aos atos de gestão praticados no âmbito do Poder Executivo. Digo isso porque, vasculhando os demais dispositivos regimentais, não se encontra regra expressa conferindo a uma determinada comissão competência para fiscalizar os atos de gestão praticados por órgãos dos demais Poderes da República.

Em face dessa lacuna regimental, aliada à legitimidade conferida pela Constituição para que as Casas do Congresso Nacional exerçam o controle externo sobre a administração pública federal, em sentido amplo, considero que a competência para fiscalizar a legalidade de atos de gestão praticados por órgãos externos ao Poder Executivo também recai sobre esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Afinal, como ressaltei acima, no

SF/15939/84568-84
SF/15939/84568-84



âmbito da Câmara Alta, é este Colegiado que desempenha precipuamente a atividade fiscalizatória da legalidade dos atos praticados por gestores públicos.

Feitos esses breves comentários, tem-se que, no presente caso, a Proposta de Fiscalização e Controle nº 4, de 2015, traz notícias de indícios de irregularidades na celebração do Contrato nº 83/2014, firmado pelo MPF com a empresa Oficina da Palavra Ltda. Trata-se de típico ato de gestão praticado pelo Ministério Público Federal, cuja confirmação ou não das impropriedades depende eminentemente de realização de atividades fiscalizatórias, as quais se incluem nas competências desta CMA.

Dessa forma, para que se conclua pela admissibilidade e aprovação da presente proposta de fiscalização, faz-se necessário verificar se os requisitos regimentais foram observados.

SF/15939/84568-84

3 VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS REGIMENTAIS

De acordo com o art. 102-B, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a proposta de fiscalização e controle deve receber, inicialmente, um relatório prévio quanto à “oportunidade e conveniência da medida, e ao alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social ou orçamentário do ato impugnado, definindo-se o plano de execução e a metodologia de avaliação”.

3.1. Requisitos de conteúdo

Inicialmente, exige o art. 102-B, inciso I, que a proposta seja apresentada por qualquer Senador à Comissão, com específica indicação do ato e fundamentação da providência objetivada.

Ambos os requisitos estão cumpridos no presente caso. A indicação do ato foi precisa ao delimitar a fiscalização ao procedimento de contratação do Termo de Contrato nº 83/2014. Já quanto à providência objetivada, almeja-se apurar a regularidade dos procedimentos administrativos que precederam a celebração do contrato, assim como evitar possível prejuízo ao erário decorrente de sua execução.



3.2. Requisitos de admissibilidade

O inciso II do mesmo art. 102-B estabelece que, para a admissibilidade, devem ser avaliados três aspectos da proposta: exame de oportunidade; exame de conveniência; e alcance da medida (que pode ser de natureza jurídica, administrativa, política, econômica, social ou orçamentária).

De plano, a medida de controle se revela oportuna e conveniente, na medida em que se insere nas competências desta Comissão exercer as atividades de fiscalização e controle com vistas verificar a regular utilização dos recursos públicos.

Ademais, quanto ao alcance da medida, restringir-se-á aos aspectos jurídico-administrativos, uma vez que estará limitada ao mencionado Termo de Contrato nº 83/2014.

SF/15939/84568-84

4. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E PLANO DE EXECUÇÃO

4.1. Metodologia de avaliação

Como se trata de matéria jurídica, a metodologia de avaliação a ser aplicada consistirá na análise documental do referido procedimento administrativo que respaldou a celebração do Termo de Contrato nº 83/2014, bem como em outros elementos que se revelem pertinentes para formar convicção sobre os fatos.

Indispensável, ainda, que, em se confirmando as irregularidades, sejam adotadas medidas para identificar responsáveis e reparar quaisquer prejuízos suportados pelo erário.

4.2. Plano de execução

O plano de execução da presente proposta de fiscalização e controle compõe-se das seguintes atividades, as quais, futuramente, podem ser alteradas em razão das necessidades desta Comissão:

- a) solicitar, ao Tribunal de Contas da União, que promova auditoria no processo administrativo que respaldou a celebração do Termo de



Contrato nº 83/2014, firmado pelo Ministério Público Federal com a empresa Oficina da Palavra, verificando, inclusive, eventual dano ao erário em decorrência da execução do ajuste;

- b) realizar diligências que se fizerem necessárias ao longo dos trabalhos;
- c) realizar audiência pública, caso necessário; e
- d) apresentar, discutir e votar o relatório final desta proposta de fiscalização e controle.


SF/15939.84568-84

5 VOTO

A CMA não pode se eximir de seu dever de investigar, sempre que provocada, principalmente quando a denúncia formulada observa todas as exigências regimentais para ser aprovada.

No caso, a matéria é regida pelos dispositivos dos artigos 102-A e 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, que determina o procedimento a ser adotado na espécie.

Por tais motivos, nos termos deste PARECER PRÉVIO, opino pela admissão da Proposta de Fiscalização e Controle nº 4, de 2015, e pelo seu processamento na forma do Plano de Execução apresentado.

Brasília, 14 de julho de 2015.

Senador IVO CASSOL
Relator

Senador OTTO ALENCAR
Presidente



Anexo – Ofício a ser endereçado ao TCU**Ofício , de 2015**

Brasília, 14 de julho de 2015.


SF/15939/84568-84

A Sua Excelência o Senhor
Ministro AROLDO CEDRAZ
Presidente do Tribunal de Contas da União

Assunto: Proposta de Fiscalização e Controle nº 4, de 2015

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as devidas providências, cópias da **Proposta de Fiscalização e Controle nº 4, de 2015**, de autoria do Senador Fernando Collor, propondo “que seja investigado o Termo de Contrato nº 83/2014, celebrado em 26/12/2014, entre o Ministério Público Federal e a empresa Oficina da Palavra”, e do Parecer Prévio, da lavra do Senador Ivo Cassol, aprovado em reunião ordinária desta Comissão realizada no dia de hoje, que conclui pela implementação da referida proposta.

Atenciosamente;

Senador OTTO ALENCAR
Presidente da CMA





**SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES**

Reunião: 30^a Reunião, Extraordinária, da CMA
Data: 14 de julho de 2015 (terça-feira), após a 29^a reunião deliberativa da cma
Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE -
CMA**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Jorge Viana (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Donizeti Nogueira (PT)	2. Regina Sousa (PT)
Reguffe (PDT)	3. Acir Gurgacz (PDT)
Paulo Rocha (PT)	4. Delcídio do Amaral (PT)
Ivo Cassol (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Otto Alencar (PSD)	3. VAGO
VAGO	4. Sandra Braga (PMDB)
VAGO	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
João Capiberibe (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Blairo Maggi (PR)
Douglas Cintra (PTB)	2. Fernando Collor (PTB)

CONFERE COM JAL
 Em _____ / _____ / _____
 _____ : _____ : _____
 Nome _____
 Matrícula: _____

CONFERE COM O ORIGINAL
 Em 14/07/2015
 Horas _____
 Ás: _____
 Nome Raymundo Franco Diniz
 Matrícula: 3155-3

Raymundo Franco Diniz
 Comissão de Meio Ambiente,
 Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
 SECRETÁRIO





SENADO FEDERAL
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

Of. nº 48/2015/CMA

Brasília, 14 de julho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: PFS nº 4, de 2015.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que na 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, realizada em 14/07/2015, foi aprovado relatório prévio à Proposta de Fiscalização e Controle nº 4, de 2015, pela admissão da Proposta e pelo seu processamento na forma do Plano de Execução apresentado, que “solicita ao Tribunal de Contas da União, que promova auditoria no processo administrativo que respaldou a celebração do Termo de SF/15939.84568-84 Contrato nº 83/2014, firmado pelo Ministério Público Federal com a empresa Oficina da Palavra, verificando, inclusive, eventual dano ao erário em decorrência da execução do ajuste”.

Respeitosamente,

Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão de Meio Ambiente,
Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle



Concluída a instrução da Proposta de Fiscalização e Controle nº 4 de 2015, a matéria vai ao Arquivo.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 111, DE 2018

Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de aplauso à comunidade de Maués/AM, pela aquisição do “selo de qualidade” obtido pelo guaraná e sua exposição em feira internacional de gastronomia.

AUTORIA: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

DESPACHO: Encaminhe-se



REQUERIMENTO Nº DE
SF/1882651949-56

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso Ao, requeiro, nos termos do artigo 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Aplauso à comunidade de Maués, pela aquisição do “selo de qualidade” obtido pelo guaraná e sua exposição em feira internacional de gastronomia. .

Requeiro, ainda, seja encaminhado o presente voto ao Prefeito Carlos Alberto de Oliveira Júnior, no endereço Rua Quintino Bocaiuva, 248, Centro. Cep: 69190-000, Maués - AM.

JUSTIFICAÇÃO

No período de 14 a 16 de março será realizada, no centro de eventos da Expo São Paulo, a 2^a edição do Sirha Brasil, grande evento da indústria de gastronomia e hotelaria do mundo. Entre os produtos apresentados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) está o nosso guaraná.

Descoberto pela tribo dos Saterê-Mawé para uso medicinal e consumo em meados do século XVII, essa fruta é cultivada e produzida na região do Baixo Amazonas, especificamente no município de Maués. Trinta e seis famílias



tradicionais, descendentes da tribo, juntamente com associação de agricultores deram continuidade ao cultivo e produção.

Porém, somente há alguns anos, a parceria firmada entre os governos local, estadual e federal, instituições de ensino superior, Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (Embrapa) e o próprio Sebrae conseguiu fomentar a produção e investir em intenso programa de modernização de lavoura, na capacitação e acompanhamento dos agricultores, visando não somente o resgate de uma cultura milenar, mas colocando no âmbito nacional e internacional o guaraná de Maués.

Tal iniciativa não só dobrou o número de postos de trabalho para o cultivo como fez com que o produto atingisse um nível de qualidade internacional, atendendo características de regionalidade, potencial de exportação, sustentabilidade e alimentação saudável. Devido a esses fatores, o guaraná finalmente conseguiu o Registro de Indicação Geográfica (IG) emitido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi).

Além de garantias como procedência e qualidade aos compradores e consumidores do guaraná, esse Registro agrega valor às propriedades rurais e ao produto final, sinalizando que apenas produtos que realmente utilizam o guaraná gerado nas comunidades rurais de Maués são oriundos da “terra do guaraná”.

Parabéns às instituições governamentais e de ensino e pesquisa, à associação de produtores de guaraná, a todos que compõem o Conselho Regulador



SF/18826.51949-56



do Guaraná e ao Sebrae, pelo destaque dado a esse fruto milenar nessa feira internacional.

Sala das Sessões, 13 de março de 2018.

**Senadora Vanessa Grazziotin
(PCdoB - AM)**



SF/1882651949-56





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 112, DE 2018

Requer, nos termos regimentais, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do competente fotojornalista, Raimundo Valentim, ocorrido na segunda-feira, 12 de março de 2018, na cidade de Manaus/AM.

AUTORIA: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO Nº DE
SF/18539-26135-88

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts., do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar requeiro, nos termos do artigo 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar à família enlutada, pelo falecimento, do competente fotojornalista, **Raimundo Valentim**, ocorrido na segunda-feira, 12 de março de 2018, na cidade de Manaus. Requeiro, ainda, seja encaminhado o presente voto de pesar à Senhora Tereza Maria Martins Teófilo, residente na Rua Mozart Guarnieri, nº 760, casa 26, Conjunto Greenville – Parque 10, Manaus - AM, 69054-733. .

JUSTIFICAÇÃO

É com profundo sentimento que apresento esta mensagem de pesar aos familiares, amigos e colegas de trabalho do jornalista, fotógrafo e professor **Raimundo Valentim**. O fotojornalista faleceu em Manaus, na segunda-feira, 12 de março. Com 62 anos de idade, ele vinha lutando contra um câncer no pâncreas e sofreu falência múltipla dos órgãos, vindo a falecer.

Natural da Paraíba, Valentim formou-se em jornalismo pela Faculdade de Comunicação e Turismo Hélio Afonso do Rio de Janeiro. No Rio, trabalhou nos jornais O Dia, Jornal do Brasil, Estadão, Jornal dos Sports e O Globo, em Manaus,

nos jornais A Crítica, O Estado do Amazonas, Em Tempo e Diário do Amazonas. Obteve prêmios internacionais pela excelência de seu trabalho e talento inegável no desempenho de 20 anos de profissão.

Por tudo que representou em vida, tanto para seus familiares, parentes, amigos, colegas de profissão e admiradores de seu trabalho, considero a sua partida uma grande perda para o fotojornalismo, e, por esse motivo, ofereço este Voto de Pesar.

Sala das Sessões, 13 de março de 2018.

**Senadora Vanessa Grazziotin
(PCdoB - AM)**

SF/18539-26135-88





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 113, DE 2018

Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso a Lábrea/AM, ao Prefeito Gean Barros e ao Vice-Prefeito Mabi Ganizo, pelo 132º aniversário do município de Lábrea, no Amazonas.

AUTORIA: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

DESPACHO: Encaminhe-se



Página da matéria

REQUERIMENTO N° DE
SF/18625/04562-81

Sr, Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de Aplauso à Lábrea Ao Prefeito Gean Barros e ao Vice-Prefeito Mabi Ganizo,, pelo 132º aniversário do município de Lábrea, no Amazonas.

Ao Prefeito Gean Barros e ao Vice-Prefeito Mabi Ganizo, no endereço Rua Cel. Luís Gomes, 1318, Cep: 69830-000, Lábrea - AM.

JUSTIFICAÇÃO

A “Princesinha do Purus”, como Lábrea é conhecida, completou seu 132º aniversário. Parabéns a toda população labrense que, no dia 7 de março, comemorou o aniversário da cidade e participou de algumas inaugurações organizadas pelo Prefeito Gean Barros e o Vice-Prefeito Mabi Canizo, contemplando os anseios das famílias, das mães, de estudantes e de trabalhadores.

Localizada no extremo sul do Amazonas e pertencente à microrregião do Purus, a cidade possui uma estimativa populacional de 44.071 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016).



Sua agropecuária contribui significativamente para o Produto Interno Bruto do país, além das atividades econômicas sustentáveis relativas à produção de castanhas e couro vegetal. Possui ainda algumas unidades de conservação: Reservas Extrativistas do Médio Purus, do Rio Ituxi e do Seringal Novo Encanto, que apresentam uma ampla biodiversidade.

Tenho grande carinho por esse município e sempre que possível destinei emendas relativas à saúde (equipamentos, lanchas e ambulâncias), à educação (laboratórios de informática para a Universidade estadual e construção de auditório para o Instituto Federal do Amazonas), entre outras.

Assim sendo, como senadora do Amazonas, sou labrense também e quero o melhor para essa que é a “Princesinha do Purus”.

Sala das Sessões, 12 de março de 2018.

**Senadora Vanessa Grazziotin
(PCdoB - AM)**



Término de prazo



Encerrou-se em 16 de março o prazo sem interposição do recurso no sentido da continuação da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2017.

Tendo sido rejeitada pela CI, a matéria vai ao Arquivo, nos termos do art. 254, do Regimento Interno.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

- Bloco-PSB** - Lídice da Mata*
- Bloco-PP** - Roberto Muniz* (S)
- Bloco-PSD** - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

- Bloco-PRB** - Eduardo Lopes* (S)
- Bloco-PT** - Lindbergh Farias*
- Bloco-PODE** - Romário**

Maranhão

- PMDB** - João Alberto Souza*
- PRTB** - Pastor Bel* (S)
- Bloco-PSDB** - Roberto Rocha**

Pará

- Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro*
- PMDB** - Jader Barbalho*
- Bloco-PT** - Paulo Rocha**

Pernambuco

- Bloco-PTB** - Armando Monteiro*
- Bloco-PT** - Humberto Costa*
- PMDB** - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

- PMDB** - Airton Sandoval* (S)
- PMDB** - Marta Suplicy*
- Bloco-PSDB** - José Serra**

Minas Gerais

- Bloco-PSDB** - Aécio Neves*
- PMDB** - Zeze Perrella* (S)
- Bloco-PSDB** - Antonio Anastasia**

Goiás

- Bloco-PSB** - Lúcia Vânia*
- Bloco-PP** - Wilder Moraes* (S)
- Bloco-DEM** - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

- Bloco-PR** - Cidinho Santos* (S)
- Bloco-PODE** - José Medeiros* (S)
- Bloco-PR** - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

- Bloco-PP** - Ana Amélia*
- Bloco-PT** - Paulo Paim*
- Bloco-PSD** - Lasier Martins**

Ceará

- PMDB** - Eunício Oliveira*
- Bloco-PT** - José Pimentel*
- Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati**

Paraíba

- Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima*
- PMDB** - Raimundo Lira* (S)
- PMDB** - José Maranhão**

Espírito Santo

- Bloco-PR** - Magno Malta*
- Bloco-PSDB** - Ricardo Ferraço*
- PMDB** - Rose de Freitas**

Piauí

- Bloco-PP** - Ciro Nogueira*
- Bloco-PT** - Regina Sousa* (S)
- PMDB** - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

- PMDB** - Garibaldi Alves Filho*
- Bloco-DEM** - José Agripino*
- Bloco-PT** - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

- Bloco-PSDB** - Dalírio Beber* (S)
- Bloco-PSDB** - Paulo Bauer*
- PMDB** - Dário Berger**

Alagoas

- Bloco-PP** - Benedito de Lira*
- PMDB** - Renan Calheiros*
- Bloco-PTC** - Fernando Collor**

Sergipe

- Bloco-PSDB** - Eduardo Amorim*
- Bloco-PSB** - Elber Batalha* (S)
- Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

- PMDB** - Eduardo Braga*
- Bloco-PCdoB** - Vanessa Grazziotin*
- Bloco-PSD** - Omar Aziz**

Paraná

- Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann*
- PMDB** - Roberto Requião*
- Bloco-PODE** - Alvaro Dias**

Acre

- Bloco-PT** - Jorge Viana*
- Bloco-PSD** - Sérgio Petecão*
- Bloco-PP** - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

- Bloco-PRB** - Pedro Chaves* (S)
- PMDB** - Waldemir Moka*
- PMDB** - Simone Tebet**

Distrito Federal

- Bloco-PPS** - Cristovam Buarque*
- PROS** - Hélio José* (S)
- S/Partido** - Reguffe**

Rondônia

- Bloco-PP** - Ivo Cassol*
- PMDB** - Valdir Raupp*
- Bloco-PDT** - Acir Gurgacz**

Tocantins

- Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira* (S)
- Bloco-PR** - Vicentinho Alves*
- S/Partido** - Kátia Abreu**

Amapá

- Bloco-PSB** - João Capiberibe*
- Bloco-REDE** - Randolfe Rodrigues*
- Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre**

Roraima

- Bloco-PDT** - Ângela Portela*
- PMDB** - Romero Jucá*
- Bloco-PTB** - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 20

Ailton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Fernando Bezerra Coelho.	PE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalírio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferrão.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-7 / PSD-4

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 10

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

PODE-3

Alvaro Dias.	PODE / PR
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Elber Batalha.	PSB / SE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC / PRB-2

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PRB / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 2

Kátia Abreu.	TO
Reguffe.	DF
Pastor Bel.	MA
PROS - 1	
Hélio José.	DF

PMDB.	20
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	2
PROS.	1
PRTB.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
 Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Airton Sandoval* (-PMDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
 Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (-PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)
 Eduardo Braga* (-PMDB-AM)
 Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)
 Elber Batalha* (Bloco-PSB-SE)
 Elmano Férrer** (-PMDB-PI)
 Eunício Oliveira* (-PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (-PMDB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
 Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)

Garibaldi Alves Filho* (-PMDB-RN)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (-PROS-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (-PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (-PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Maranhão** (-PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
 Kátia Abreu** (-S/Partido-TO)
 Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
 Marta Suplicy* (-PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Pastor Bel* (-PRTB-MA)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)

Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
 Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
 Raimundo Lira* (-PMDB-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (-S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (-PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
 Roberto Requião* (-PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
 Romário** (Bloco-PODE-RJ)
 Romero Jucá* (-PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (-PMDB-ES)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (-PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
 Valdir Raupp* (-PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (-PMDB-MS)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (-PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

PMDB - 20 Líder Raimundo Lira - PMDB (138) Vice-Líderes Valdir Raupp (141) Simone Tebet (142)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 16 Líder Eduardo Amorim - PSDB (69,100,140) Vice-Líderes Davi Alcolumbre (75,85,133,150) Ataídes Oliveira (74) Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (105) Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (78,86,112,159) Roberto Rocha (37,54,111,158,160) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (101) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,52)	Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11 Líder Wilder Morais - PP (39,122,132,151) Vice-Líderes Benedito de Lira (103) Otto Alencar (49) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (103) Líder do PSD - 4 Omar Aziz (45,106) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,97,117)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11 Líder Lindbergh Farias - PT (27,59,63,89,125,134,135) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,25,116) Regina Sousa (35) Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (27,59,63,89,125,134,135) Vice-Líder do PT Paulo Rocha (31,41,55,60,126) Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (3,25,116)	Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE) - 10 Líder João Capiberibe - PSB (1,11,113,153,154) Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Vanessa Grazziotin (17,21,156) Líder do PSB - 4 Lídice da Mata (12,19,146) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,21,156) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PODE - 3 Alvaro Dias (16,66,136) Vice-Líder do PODE Romário (137,152)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PR (42,46,109) Vice-Líder Telmário Mota (4,29,34,44,56,84,99,127) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (98) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (102) Vice-Líder do PR Magno Malta (108) Líder do PSC - 0 Líder do PRB - 2 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,8,67,72)
Governo Líder Romero Jucá - PMDB (120) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (107,128,144) Davi Alcolumbre (75,85,133,150) Flexa Ribeiro (129,149) Sérgio Petecão (10,131,147) Wilder Morais (39,122,132,151)	PROS - 1 Líder Hélio José - PROS (43,48,87,155)	Maioria Líder Raimundo Lira - PMDB (138)
Minoria Líder Humberto Costa - PT (15,18,50,53,79,90,115)		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Álvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
22. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015-GSRROD).
24. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
25. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015-GLDBAG).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015-GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015-GLDBAG).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015-GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
58. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
62. Em 08.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
66. Em 02.02.2016, o Senador Álvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).



67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. N° 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
71. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n° 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. n° 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
98. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
101. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
102. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
103. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
104. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017)
105. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
106. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
107. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/n-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT)
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-Líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).



132. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romario foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferrão foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-liderança do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDEI).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Dário Berger (3)	1. Senador Eduardo Braga (3)
Senador Fernando Bezerra Coelho (3)	2. Senador Valdir Raupp (3)
Senador Roberto Requião (3)	3. Senador Airton Sandoval (6)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) (1)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. 2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1.
Senador Wilder Morais (PP-GO) (5)	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
1.	
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (2)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (2)

Notas:

- Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
- Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
- Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
- Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
- Em 06.02.2018, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
- Em 27.02.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Felipe Geraldes / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

Número de membros: 6

MEMBROS



5) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



**6) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA
INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO**

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



7) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins
 (Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) (1)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (1)	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



8) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



9) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



10) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 18/08/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (5)
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

- * Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.
- 1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).
- 2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)
- 3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).
- 4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- 5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).
- 6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



2)CPI DO BNDES

Finalidade: Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997; bem como investigar eventuais irregularidades nas operações voltadas ao apoio à administração pública, em especial a linha denominada BNDES Finem - Desenvolvimento integrado dos Estados.

(Requerimento nº 375, de 2017)

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽²⁾

Leitura: 25/05/2017

Instalação: 02/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 23/03/2018

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airton Sandoval (SP) ⁽³⁾	1. Senador Zeze Perrella (MG) ^(3,6)
Senador Elmano Férrer (PI) ⁽³⁾	2. Senador Romero Jucá (RR) ⁽³⁾
Senador João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(8,13)	2.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,5)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁹⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(4,11)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
VAGO ⁽¹³⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(7,10)

Notas:

- * Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1090, de 2017, que prorroga o prazo da CPI até o dia 01.03.2018.
- ** Em 01.03.2018, foi lido o Requerimento nº 66, de 2018, que prorroga o prazo da CPI até o dia 23.03.2018.
- 1. Em 13.06.2017, o Senador Dalírio Beber deixa de compor o colegiado, como titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 160/2017-GLPSDB).
- 2. Em 02.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Davi Alcolumbre, Sérgio Petecão e Roberto Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIBNDES).
- 3. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Airton Sandoval, Elmano Férrer e João Alberto Souza, como titulares, e os Senadores Waldemir Moka e Romero Jucá, como suplentes, para compor o colegiado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 133/2017-GLPMDB).
- 4. Em 02.08.2017, são designados os Senadores Acir Gurgacz e Lindbergh Farias, como titulares, e o Senador Paulo Rocha, como suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 89/2017-GLBPRD).
- 5. Em 02.08.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 27/2017-GLDEM).
- 6. Em 02.08.2017, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Of. 156/2017-GLPMDB).
- 7. Em 10.08.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 87/2017-BLOMOD).



8. Em 17.08.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de ocupar a vaga de titular na comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 193/2017-GLPSDB).
9. Em 31.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Gladson Cameli, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. 69/2017-BLDPRO)
10. Em 12.09.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 92/2017-BLOMOD)
11. Em 19.09.2017, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLPRD)
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
13. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a vaga de titular do Bloco Democracia e Cidadania (Of. 218/2017-GPSDB).

Secretário(a): Donaldo Portela / Leandro Bueno

Telefone(s): 3303-3511

E-mail: coceti@senado.gov.br



3) CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



4)CPI DOS CARTÃO DE CRÉDITO**Finalidade:** Investigar os juros extorsivos cobrados pelas empresas operadoras de cartão de crédito.

Requerimento nº 107, de 2018

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes**Leitura:** 14/03/2018

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Raimundo Lira (5,25)	1. Senador Eduardo Braga (5,8)
Senador Roberto Requião (5,8)	2. Senador Romero Jucá (5)
Senador Garibaldi Alves Filho (5)	3. Senador Elmano Férrer (5)
Senadora Rose de Freitas (5,20)	4. Senador Waldemir Moka (5)
Senadora Simone Tebet (5)	5. Senador Airton Sandoval (16,19,24)
Senador Valdir Raupp (5)	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho (19)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador José Pimentel (PT-CE) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1,12,14)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (3)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (3)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (3,21,22,27)	2. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (3,22,23,26,27)
Senador José Serra (PSDB-SP) (3)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (3)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (5)
Senador José Agripino (DEM-RN) (5)	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) (2)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (2)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (15)	1. VAGO (18)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. (7,15)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (4)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (4)	2. VAGO (4,9,10)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (4,13)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (4)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).



2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPD).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL
Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) (8)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (8)
Senador Waldemir Moka (8,11)	2. Senador Valdir Raupp (8)
Senadora Marta Suplicy (8)	3. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (8,14)	4. Senador Edison Lobão (8)
Senador Airton Sandoval (8,12)	5. Senadora Rose de Freitas (14)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RN) (1)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	3. Senador José Pimentel (PT-CE) (1)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (6)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (6)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (6)	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (6,18,19,20,21)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (9)	3. Senador José Agripino (DEM-RN) (9)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (9)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (9)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3,15,16)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) (10)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (4)	1. Senador Romário (PODE-RJ) (4)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (5)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (7)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (7)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (7)

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airton Sandoval, Dalírio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS).
 2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalírio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).
 3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).
- *. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ^(1,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12,35,36,37,47)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,46)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽³²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(4,38,41)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspensão de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBDC).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD)
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferragó foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (7,12)	1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senadora Marta Suplicy (7)	3. Senador Raimundo Lira (15)
Senador José Maranhão (7)	4. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Edison Lobão (7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza (7)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (21)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) (5)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (14)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1. Senador Elber Batalha (PSB-SE) (2,16,22,23)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (3,25)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) (11)	1. Senador Airton Sandoval (11,14)
Senador Renan Calheiros (11)	2. Senador Dário Berger (11)
Senador João Alberto Souza (11)	3.
Senador Valdir Raupp (11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (6)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (6)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (6)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (6)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (6)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (6)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (4)	1. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (4)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (1)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (1)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (20)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)	2. VAGO (2,21)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,12,16)

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- 2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalírio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- 7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLEDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLEDEM).
- 10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- 11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).
- 12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Regina Sousa (PT-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
PMDB (21)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (1,8,19)	1.
Senador José Medeiros (PODE-MT) (1,11,25)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (20)	2. Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) (23)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PODE-RJ) (2)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (18)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,26)

Notas:

- * O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).
- 7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).
- 10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- 11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).
- 12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).
- 13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPD).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Valdir Raupp (2)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (2)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (2)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)

Notas:

1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.
 2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)
 3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).
- * . Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)
- **. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
	1. Senador Hélio José (PROS-DF)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)	
Senador Romário (PODE-RJ)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) 2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR)	

Notas:

* Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Angelina Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizerra Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão (7)	1. Senador Renan Calheiros (7,13)
Senador João Alberto Souza (7)	2. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Roberto Requião (7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Romero Jucá (7)	4. Senadora Marta Suplicy (17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho (21)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (5)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (5)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (5,16)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) (5)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (5)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (5)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (2)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (2)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (2)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (8)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)
Senador José Agripino (DEM-RN) (8)	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (12)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (6)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (6)
Senadora Ana Amélia (PP-RS) (6)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (6)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (4)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (4)
(4,18)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (3)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (3)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (3)

Notas:

- *. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- 7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- 8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- 9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- 10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(1,3)	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) ⁽¹⁾	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	13.
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹⁾	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	17.

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Amélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).
 2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).
 3. Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).
- *. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (7)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. VAGO (7,9,10,23)
Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15)	3. Senadora Rose de Freitas (7)
Senador Elmano Férrer (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Raimundo Lira (7)	5. Senador Valdir Raupp (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RN) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11,19,20,24,25)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (4)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1) (1,16)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1,21) 2.
VAGO (14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO) (5,22)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

* Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) (8,14)	1. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (8)	2. Senadora Simone Tebet (8,14)
Senador Waldemir Moka (8,10)	3. Senador Valdir Raupp (8)
Senador João Alberto Souza (8)	4. Senador Dário Berger (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	3. Senador José Pimentel (PT-CF) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (5)
VAGO (5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (11)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (3)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) (17)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)	1. Senador Elber Batalha (PSB-SE) (19,22,23)
(2,18)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (6)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (6)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (6,16,25)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (6)

Notas:

1. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
9. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
10. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
11. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
12. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
13. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Waldemir Moka (6)	1. Senadora Rose de Freitas (6)
Senador Elmano Férrer (6)	2. Senador Romero Jucá (6)
Senador Valdir Raupp (6)	3.
Senador Dário Berger (6)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (4)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) (4)	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (3)	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) (3)
Senador Ivo Cassol (PP-RO) (3)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (3)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
12. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
PMDB (22)	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airton Sandoval (10)
VAGO (8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (11)
Senador Valdir Raupp (8)	3. Senador Dário Berger (16)
Senador João Alberto Souza (8)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
VAGO (1,14)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4,20)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (17)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. VAGO (3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
VAGO (5,13,19,21)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado(Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp (3)	1. VAGO (6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) (3)	2.
Senador João Alberto Souza (3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
VAGO (7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (11)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (11)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) (13)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. VAGO (5,10)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
- Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
- Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
- Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
- Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
- Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
- Em 28.08.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (10)	1. Senadora Simone Tebet (18)
Senador Airton Sandoval (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (18)
Senador Dário Berger (10)	3. Senador Elmano Férrer (18)
Senador Romero Jucá (10)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)	3. Senador Ricardo Ferrão (PSDB-ES) (7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (9)	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (17)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (9)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO) (17)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (16)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,14)	2.

Notas:

- *. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).
- 1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalírio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).
- 6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferrão foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).
- 9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).
- 10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Morais foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

11^a Eleição Geral: 30/05/2017

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

Senador Airton Sandoval (SP)

Senador João Alberto Souza (MA)

Senador Romero Jucá (RR)

Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁶⁾

1. Senador Jader Barbalho (PA)

2. Senador Eduardo Braga (AM)

3. VAGO (15)

4. (1)

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)

2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)

3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)

Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)

Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)

1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)

2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)

Senador José Pimentel (PT-CE)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)

2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB, PODE, PCdoB, REDE, PPS)

Senador João Capiberibe (PSB-AP)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC, PSC)

Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(10,11)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)

2.

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)

Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1^a Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme OF. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

REDE

PRB

PTC

PODE

PRTB

PROS



Atualização: 08/02/2017



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS

Atualização: 01/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 30/11/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 21/03/2012
4^a Designação: 11/03/2013
5^a Designação: 20/05/2014
6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS



Atualização: 11/11/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS

Atualização: 31/01/2015



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS

Atualização: 18/10/2016



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015**MEMBROS****PMDB****PT****PSDB****PSB****PDT****PR****PSD****DEM****PP****PTB****PPS****PCdoB****PRB****REDE****PTC****PODE****PROS****PRTB****Atualização:** 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 14/03/2011
2^a Designação: 21/03/2012
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 26/03/2014
5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

PTC

PODE



Atualização: 29/11/2016**Notas:**

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PROS

REDE

PSC

PRB

PTC

PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL

Número de membros: 19 titulares

PRESIDENTE:**VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):****MEMBROS****DEM****PCdoB****PDT****PMDB****PPS****PP****PRTB****PRB****PROS****PSC****PSD****PSB****PTB****PTC****PR****PSDB****PT****PODE****REDE**

18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PSB

PDT

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS



**19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

PCdoB

PDT

PMDB

PP

PPS

PR

PRB

PSB

PSD

PSDB

PT

PTB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS

Atualização: 01/06/2016



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

20) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

PMDB

PT

PSDB

PDT

PSB

PR

PSD

DEM

PP

PTB

PPS

PCdoB

PRB

REDE

PTC

PODE

PRTB

PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-4561
E-mail: saop@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

